



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: NABIL BONDUKI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22 de Abril de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Boa noite a todos. Com a presença dos Vereadores Nabil Bonduki, na presidência, e Luana Alves, na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública do ano de 2026, tendo como tema as recentes mudanças na gestão de serviço de Saúde na região Central da cidade de São Paulo, em especial, a extinção da Coordenadoria Regional da Saúde Centro, rescisão contratual envolvendo a entidade anteriormente responsável pela gestão e transferência de gestão para a nova organização social.

Esta audiência pública foi aprovada pela Comissão a partir do Requerimento 06/2026 desta Comissão, de autoria da Vereadora Luana Alves.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, Auditórios Online.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 14 de abril. As inscrições para participação *on-line* estiveram abertas desde o dia 14 de abril e haverá, também, inscrição para o público presente. Cada pessoa terá 3 minutos para se manifestar.

Estamos aguardando a chegada de algumas pessoas. Vamos suspender os trabalhos por alguns minutos. Em seguida, passo a presidência dos trabalhos a Vereadora Luana Alves, autora do requerimento, e que irá presidir esta audiência pública.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Luana Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Boa noite, pessoal. Reabrindo a audiência. Eu queria primeiro agradecer ao Presidente desta Comissão, Vereador Nabil Bonduki, que muito gentilmente fez a abertura dos trabalhos.

Eu queria, além de oficialmente reabrir a audiência, agradecer a todos os presentes, além do Vereador Nabil, em especial todos do Movimento de Saúde do Centro. Estou vendo conselheiros e conselheiras de várias regiões da cidade - da zona Leste, zona Norte, eu acho também -, mas em especial aos que estão representando a população - em especial segmento

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 2 DE 64

usuário - em conselhos de gestores de UBS, de CAPS, de hospitais da região central de São Paulo. Eu agradeço não só a presença, mas a construção conjunta desta audiência.

Bom, antes de falar de fato sobre o tema, eu queria compor a Mesa com quem está presente. Vou chamar primeiro para estar junto comigo a representante do Sindsep, Sra. Flávia Anunciação do Nascimento; Dr. Jorge Kayano, médico sanitaria e pesquisador do Instituto Polis; Sra. Fernanda Lou Sans Magano, representando o Conselho Nacional de Saúde, de forma *on-line*. Obrigada, Fernanda, uma colega de profissão, psicóloga do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. Obrigada. Também, de forma *on-line*, Sr. Jefferson Caproni, Presidente do Sinsaude, de São Paulo. Obrigada, Jefferson.

Questiono se o Sr. Walter Mastelaro estaria ou de forma presencial ou *on-line*?

(Pausa) Acho que daqui a pouquinho ele estará chegando.

O SR. WALTER MASTELARO NETO - Boa noite. Estou *on-line*.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Perfeito. Obrigada, Sr. Walter, representando o Conselho Municipal de Saúde.

Bom, eu indago se existe de forma presencial ou *on-line* alguma representação da Secretaria Municipal de Saúde? (Pausa) Acho que não.

O ofício foi enviado em tempo, com bastante antecedência pela Secretaria desta Comissão. Além do convite a vários setores da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo a Coordenadoria de Saúde Norte, a Coordenadoria de Gestão de Parcerias, a Coordenadora de Saúde Centro e representando Supervisão Técnica de Saúde Sé e Barra Funda. Todos foram convidados. Além de serem convidados, oficialmente, pela Secretaria da Comissão, o convite foi reforçado nos últimos dias, inclusive, hoje.

O SR. NABIL BONDUKI – Pela ordem. Só queria ressaltar que, infelizmente, nós temos feito várias audiências públicas por esta Comissão, também no ano passado, e a ausência do Executivo nas audiências públicas é sistemática. Quase todas as audiências públicas ocorrem sem a presença de representantes do Executivo, que é quem deveria estar ouvindo o que será falado aqui.

Então, eu quero destacar que este não é um caso isolado, mas é quase uma orientação geral, o que faz com que a Prefeitura fique totalmente opaca em relação àquilo que a cidade pensa sobre os vários temas que são debatidos, inclusive este de hoje.

Só quero reforçar isso porque tivemos uma audiência pública com quase 800 pessoas discutindo sobre o Transporte Escolar Gratuito, que é uma crise que está acontecendo, e nós não tivemos uma presença... e, às vezes, a presença é de um funcionário de quarto, quinto escalão, que não tem nenhuma possibilidade de decisão política, quando participam.

Então, infelizmente, tem sido assim essa gestão do atual Prefeito.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu lamento muito, na verdade. Porque essa é uma audiência que tem como objetivo trazer esse tema para ser debatido pela população. Conversei hoje com pessoas da Secretaria Municipal de Saúde, Nabil, eu falei: “olha, é importante a presença, inclusive para vocês trazerem o plano de vocês. É o espaço de escuta que vocês também podem falar, vocês também podem trazer, podem justificar e podem participar de forma presencial ou de forma *on-line*, caso se sintam mais à vontade.” Agora, a não presença é muito ruim. É muito ruim porque mostra uma certa postura não só com Parlamento do ponto de vista institucional, mas principalmente uma postura política com a população.

Isto aqui é uma audiência pública oficialmente aprovada dentro de uma Comissão da Câmara Municipal. Eu fico muito chateada com essa ausência. Fico chateada porque a intenção é que a gente, justamente, consiga ter o Executivo escutando a população e que o próprio Executivo traga.

Em reuniões particulares, em reuniões a portas fechadas, que eu faço, Nabil faz, todos os Vereadores fazem, escutamos todo tipo de justificativa. Escutamos todo tipo de razão do porquê a ação foi tomada, do porquê a Coordenadoria Centro foi extinta, do porquê que era importante. Dá para trazer isso aqui neste espaço. Se estão tão convencidos de que era a melhor medida do ponto de vista administrativo, podem trazer isso para cá. Não teria nenhum problema.

Bom, caso chegue alguém, vai ter o direito a fala, evidentemente, caso apareça. Dito isso, eu agradeço a presença de todos que, respeitosamente, vieram para tratar de um tema e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21738** DATA: **22/04/2026** FL: **4** DE 64

já abrindo a minha fala e depois eu passo para o Nabil, para o Kayano, para a Flávia, para o pessoal que está *on-line*, para o Jefferson, para Fernanda.

Nós tivemos, algumas semanas atrás, um decreto sendo publicado pela Secretaria Municipal de Saúde que chegou igual a uma bomba no Centro de São Paulo, em especial aos trabalhadores que estão nas UBSs, nos hospitais, nos CAPS da região central, que foi a extinção de uma Coordenadoria de Saúde. Eu nunca tinha visto isso na minha vida.

Sou uma servidora da Saúde licenciada, sou psicóloga de Atenção Básica. Eu estou licenciada para exercer o meu cargo de Vereadora de São Paulo. Eu nunca tinha visto uma Secretaria de Saúde, sem o mínimo de diálogo, nem com Conselho Gestores, nem com representantes sindicais, nem com ninguém, extinguir uma Coordenadoria de Saúde inteira.

E a gente só descobrindo e juntando as peças desse quebra-cabeça pela imprensa, pelo relato de um, pelo relato de outro, pelo que o gestor fala. Em resumo, o que entendemos dessa ação da Prefeitura de São Paulo? Entendemos que existiu uma denúncia de corrupção, de lista de funcionário fantasma, a OS que administrava e hoje administra, por meio de uma liminar, as Unidades de Saúde do Centro de São Paulo, que é AFNE - Associação Filantrópica Nova Esperança.

Eu não estou aqui para dizer se teve corrupção ou não, ainda que eu não duvide, porque é um modelo de gestão que permite esse tipo de situação, como é o caso de listas de funcionário fantasma.

A partir dessa denúncia, a ação da gestão foi de retirar o contrato dessa OS, mas em vez de fazer ou uma ação emergencial de gestão direta, de forma que mantivesse os trabalhadores e que conseguisse gerar uma segurança aos usuários do SUS do Centro de São Paulo – sabemos que é uma Prefeitura que não acredita na gestão direta do SUS, lamentavelmente – ou mesmo algum tipo de edital emergencial para uma nova OS. Nem isso foi feito, e poderia ter sido, dentro do que eles acreditam de uma gestão privatizada.

O que eles fizeram, Nabil, foi um arremedo que eu nunca tinha visto. Retiraram, extinguiram a Coordenadoria de Saúde do Centro, que ficou – dentro do organograma – dentro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21738** DATA: **22/04/2026** FL: **5** DE 64

da Coordenadoria de Saúde Norte, e esticou o contrato de uma das OSs da Norte, a Caminhos de Damasco, para o Centro de São Paulo, com o aditivo de 500 milhões de reais, sem nenhum tipo de processo, sem dizer por que a Caminhos de Damasco e não outra, por que a Norte e não a Oeste, a Leste, a Sul. Não que eu defenda esse tipo de método, mas foi uma decisão sem nenhuma razão, sem critério. Qual foi o critério para escolher que o Centro esteja subordinado à Norte? Qual foi o critério para escolher essa nova OS? Não foi apresentado para ninguém, me parece, nem para os trabalhadores nem para os usuários.

O que acontece é que, do dia para a noite, os milhares de trabalhadores dos SUS contratados pela AFNE não sabiam mais onde estavam, a quem respondiam, se trabalhavam na AFNE, se trabalhavam na Caminhos de Damasco, para quem estavam trabalhando.

Alguns dias depois, essa OS do Centro de São Paulo, por meio de uma liminar, conseguiu retomar a gestão do Centro de São Paulo. É uma liminar, então ela é temporária.

Então, está uma situação tal de instabilidade que, na prática, gera o seguinte resultado: trabalhadores da saúde inseguros e aterrorizados. Muitos têm muito medo de vir a uma audiência pública. Muito medo. Mas temos recebido relatos e temos dialogado de forma particular no mandato. Esse é um dos efeitos.

Segundo efeito: Conselheiros Gestores, em especial do segmento Usuário, desrespeitados no seu papel de fiscalizar as unidades. Porque, repentinamente – aqui há muitos Conselheiros Gestores – eles não sabem bem ao que eles estão vinculados dentro da Administração dentro do controle social do SUS.

Quando eu questionei um dos quadros, um dos dirigentes políticos da SMS, ele me disse “Não, mas é claro que eles continuam com mandato. É normal. Fica tudo como está. Eles continuam sendo Conselheiros Gestores”. Bom, ele podia ter dito isso nesta audiência.

Outro elemento que acho importante trazer: foi feita, Nabil, uma comissão de transição para cuidar dessa transição de uma OSS para outra. Nessa comissão, não há ninguém do controle social; não há nenhum sindicato; não há nenhum representante dos trabalhadores. É composta puramente por pessoas da Administração Pública.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 6 DE 64

Então, é um nível muito grave de falta de respeito com a população e com os representantes da sociedade civil. Repito: isso é consequência da privatização da gestão. Esse tipo de prática pode acontecer quando não se chamam os concursados, quando não há administração direta, quando os trabalhadores estão completamente nas mãos das OSs.

Nesse momento, a Prefeitura até abre mão de cumprir o que deveria cumprir, mesmo como gestora do contrato da OS. É pior do que a privatização. É pior do que entregar a gestão para a OS. É abrir mão até mesmo – até mesmo – de dirigir o contrato da OS. Parece que é uma negociação entre AFNE e Caminhos de Damasco. A Prefeitura entrou nisso? Entrou como?

Então, é um nível de desrespeito muito forte. O que queremos nesta audiência – queríamos a presença da Prefeitura – mas o que queremos é que a população seja ouvida, que os trabalhadores tenham respostas e que haja uma gestão direta dessa Coordenadoria. (Palmas)

Nessa bagunça completa de não saber qual OS vai administrar é evidente que a melhor saída é uma administração direta. Nem que seja temporária, porque estamos em um ano de chamamento. Daqui a alguns meses, já entraria uma nova OS mesmo ou, enfim, mesmo que não entrasse, haveria um processo de nova seleção da OS.

Seria plenamente possível que, minimamente, até o momento do chamamento, houvesse administração direta. Plenamente possível. Isso já foi feito – finalizo com isso e passo para os meus Colegas de Mesa – isso já foi feito antes em casos semelhantes. Estávamos tratando disso, não é, Nabil?

No caso do transporte de São Paulo, recentemente, houve uma situação em que algumas empresas de transporte que gerenciam linhas de ônibus de São Paulo também foram denunciadas por corrupção por uma série de irregularidades financeiras. Empresas, em especial, que atuam na zona Sul de São Paulo.

O que aconteceu? O contrato com essas empresas foi encerrado e a gestão direta assumiu as linhas. Simples assim. Foi tranquilo do ponto de vista administrativo e jurídico manter os trabalhadores que eram da empresa.

Conseguiram mantê-los, então qual é o problema, qual é o grande impeditivo de fazer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 7 DE 64

isso dentro da administração do SUS em São Paulo? É possível fazer. É uma questão de vontade política e estamos fazendo pressão aqui e mostrando que este é o desejo da população: que haja administração direta.

Dito isso, vou passar para os Colegas. Peço para que todos fiquem até o final, porque queremos tirar alguns encaminhamentos. Lembro que acionamos o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Município, mas ainda não tivemos resposta. Aguardamos ter resposta desses órgãos de controle, pois é importante que se posicionem.

Achei que o Ministério Público está demorando um pouco – TCM sempre demora mesmo – mas achei que o Ministério Público está demorando para nos dar uma resposta. Espero que esta audiência ajude o MP a dar alguma resposta para nós. É isso.

Vou chamar para compor a Mesa também, por favor, o Marco Antônio Ribeiro, do Movimento Popular de Saúde do Centro. (Palmas)

Também queria dizer que, enquanto as falas da Mesa vão sendo feitas, as inscrições vão estar abertas ali do lado esquerdo.

O SR. NABIL BONDUKI – Luana, queria fazer uma rápida manifestação. Não vou poder ficar e acompanhar toda a audiência pública, mas a Rose, minha assessora, vai estar presente e vai poder, de alguma maneira, levar os encaminhamentos.

Queria apenas dizer que, infelizmente, hoje, na Prefeitura de São Paulo, há um processo de terceirização, de concessão, de privatização dos serviços municipais, que é a política generalizada da Prefeitura, assim como são generalizados os escândalos que vão aparecendo.

Nós temos denunciado vários escândalos em várias áreas. Então, não é uma exceção, novamente, o que está acontecendo na saúde. Isso acaba levando a uma absoluta desorganização do serviço, porque a Prefeitura perdeu a sua capacidade de gestão.

Por exemplo, no caso do transporte, quem assumiu foi a SPTrans, que é uma empresa que ainda não foi desmontada, uma empresa pública.

Mas quero deixar a seguinte questão, inclusive para as pessoas mais diretamente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 8 DE 64

ligadas às áreas: no caso de se assumir diretamente, como os trabalhadores são todos celetistas hoje, haveria na área da saúde – antigamente, havia as autarquias de saúde; lá atrás, criadas na época da Marta, e extintas pelo Doria – não sei se haveria hoje, para fazer administração direta, alguma entidade, empresa pública, fundação ou estrutura municipal com condição de assumir diretamente a gestão porque falta estrutura.

Essa é uma questão que temos que considerar sempre. Não podemos fazer a transferência – independentemente de concordar ou não – mesmo que haja um processo de contratação de OS e que possa haver terceirização de serviços etc., a Prefeitura precisa manter o núcleo de gestão própria para várias razões, por exemplo, situações como esta e, também, para poder ter um controle de custo.

Essa é outra questão. Se houver uma estrutura municipal que possa gerir determinado serviço, há uma ideia mais clara de quanto custa aquele serviço. Hoje, por falta, inclusive, de capacidade de acompanhamento e de controle, é absolutamente descontrolado o que acontece na saúde e em outras áreas.

Então, queria deixar isso como uma questão fundamental do atual modelo de gestão da Prefeitura de São Paulo, com terceirização, com processos.

Por exemplo, recentemente, fiz a denúncia da área de eventos e turismo. Havia inúmeras pessoas contratadas da Secretaria de Cultura através de uma empresa terceirizada que, na verdade, tinha como dono um laranja e o real dono era um Secretário Adjunto. Isso aí o Prefeito pode falar, porque, depois que foi feita a denúncia, ele acabou demitindo esse Secretário.

Então, estamos assistindo, em várias áreas, a um processo de corrupção. Em alguns casos, essa corrupção emerge, sai. Aí, então, alguma providência tem que ser tomada, só que não tem o que colocar no lugar, porque a Prefeitura está, hoje, desprovida de capacidade gerencial para poder fazer fiscalização, fazer controle e, eventualmente, assumir o serviço que, no caso, por exemplo, de uma emergência, como está acontecendo agora.

Então, eu acho que o problema é bem profundo e exigiria uma mudança muito significativa do modelo que está sendo adotado na Prefeitura de São Paulo. Isso, infelizmente, está se generalizando por toda a gestão. A Prefeitura perdeu e está perdendo, cada vez mais, a capacidade de poder fazer esse acompanhamento.

No estado, para vocês terem uma ideia, isso ainda não está na Prefeitura de São Paulo, mas, no estado, por exemplo, as concessões dos parques, os parques são concedidos, como a Prefeitura concede, mas a Secretaria do Meio Ambiente já não tem mais nenhuma ingerência sobre os parques concedidos. Isso é cuidado pela Secretaria de Desestatização e Parcerias, ou seja, por um monte de advogados que só controlam advogados que não têm ninguém da própria área que consiga sequer fazer o acompanhamento, a fiscalização, para saber, do ponto de vista de conteúdo, se aquilo que está previsto no contrato pode ser obedecido.

É uma situação grave que vamos denunciar e precisamos, inclusive, propor alternativas. Acho que seria importante a gente poder tirar daqui, mesmo que sejam alternativas que talvez não consigam ser viabilizadas no atual quadro, no curto prazo ou no contexto desta atual gestão, que possa conseguir fazer com que, no futuro, isso venha a acontecer, porque a gente sabe que é muito difícil, de uma hora para outra, fazer uma reversão. Precisamos ir construindo propostas para poder, em outro momento politicamente mais favorável, interferir de maneira concreta e ter alternativas para poder levar adiante a gestão.

Então, é isso. Parabéns por sugerir esta audiência. É uma audiência da nossa Comissão, que eu presido, e que está promovendo várias audiências públicas, para que a gente possa debater temas importantes da cidade de São Paulo.

Obrigado pela presença de todas e de todos. Vou, infelizmente, me retirar, mas vamos estar acompanhando esse tema, esse assunto, e poder tomar depois as providências que forem, inclusive, definidas aqui como encaminhamento desta audiência pública. Obrigado, gente.
(Palmas)

A SRA. LUANA ALVES – Agradeço muito ao nobre Vereador Nabil Bonduki, Presidente desta Comissão, que ajudou a viabilizar este encontro.

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 10 DE 64

Eu queria, também, pedir para fazer uso da palavra já a Flávia, representando o Sindsep.

Você prefere que o Marcos fale? Está bom. A Flávia pediu aqui para o Marcos falar antes.

Então, o Marcos vai abrir.

O SR. MARCO ANTÔNIO RIBEIRO - Boa noite a todos e a todas. Boa noite aos colegas e colegas da Mesa. Venho representando o Movimento Popular de Saúde do Centro.

A Controladoria Geral do Município fez uma investigação e, vejam que surpresa, percebeu que existem funcionários fantasmas e que é possível - a gente não sabe, mas que é possível -, porque esse processo corre em segredo de justiça e a gente não tem acesso, mas é possível que alguns servidores também estejam envolvidos, mas que já tem gente da AFNE que está envolvida, e a AFNE é a Associação Filantrópica Nova Esperança, que coordena todas as unidades de saúde do Centro. Então já se sabe que há um caso de corrupção.

Essa Controladoria sugeriu que se suspendesse o contrato com a AFNE, o que corretamente foi feito. Também sugeriu que houvesse uma administração direta, que sempre foi a nossa luta, para coordenar as unidades de saúde do Centro. Veja bem, a Controladoria percebeu que não é uma questão a privatização, as OSs, não é uma questão de se estar economizando. Pelo contrário, está se gastando mais e recebendo um serviço pior. Por isso que sempre defendemos que a administração fosse direta, porque saúde não é mercadoria e não visa o lucro. Não podemos visar o lucro.

A saúde tem que ser uma administração direta, por princípio. Diversos países na Europa estão fazendo o contrário, privatizaram e agora estão desprivatizando, porque é isso que acontece. Não se entrega uma saúde de qualidade para a população e não se economiza, como diziam no passado.

O que acontece? A Controladoria pede para suspender o contrato da AFNE. O Sr. Prefeito faz um Decreto, o 64.999, e desrespeita dois princípios constitucionais do SUS, quando o publica: a regionalização e o controle social, porque ninguém foi consultado, nem o Conselho

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 12

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 11 DE 64

Municipal, nem os conselheiros da Supervisão Sé, nem da Santa Cecília, nem da zona Norte. Ninguém.

E, como a nobre Vereadora Luana Alves falou, também não se tem um argumento plausível para que se saiba porque extinguiu a Coordenadoria Centro e, mais ainda, por que a gente foi parar na zona Norte...Porque é isso.

Informalmente, o Zamarco, Sr. Secretário Municipal de Saúde, falou para a gente, aqui na Câmara Municipal, informalmente, após uma audiência pública que ele estava, que ele tinha feito isso porque ele viu quais eram as regiões limítrofes ao Centro. Escuta, escuta, escuta que é pior do que você imagina.

Daí, viu que a Norte... Bom, e daí ele falou para as OSs, quem é que quer ficar com o Centro? E só a Caminho de Damasco, que é da zona Norte, quis. Olha só que nível que a gente está na Secretaria de Saúde.

Não existe estudo nenhum, não existe nada. Ofereceu, e eu acho tão estranho que a ASF e a SPDM não queiram, também, ficar com essa fatia do mercado e ganhar muito mais dinheiro. É estranho, não é? Vocês acreditam? Eu não. Ninguém acredita nessa história, mas foi essa que ele contou para gente.

Se eles tivessem algum argumento, eles já teriam um posto na mesa. Se eles tivessem qualquer, qualquer possibilidade... Eles não querem recuar, porque é muito estranho, é muito estranho e muito ridícula essa argumentação.

E, por todos os pontos de vista que a gente analisa, não tem porque a Coordenadoria do Centro pertencer à zona Norte.

Bom, vamos lá. Daí o Sr. Prefeito publica o decreto. Só que piora quando o Sr. Secretário edita uma portaria que unifica a Supervisão Sé à Supervisão Santa Cecília, que também, sem argumento nenhum. Qual é o argumento para unificar Sé e Santa Cecília? Deve ser o mesmo argumento que unificou o Centro à zona Norte, porque não tem.

Bom, vamos lá. Então, tem algumas perguntas a serem feitas. O que fez o Sr. Prefeito publicar o decreto que desrespeita a legislação do SUS? Ao Sr. Secretário cabia apenas suspender o contrato da AFNE. Não precisava acabar com a coordenadoria. O que fez isso?

E nós, do Centro, temos uma teoria que é a seguinte: como estamos mobilizados, ele queria acabar com o controle social do Centro. Acabar com o controle social significa: “Vamos tirar poder dessas pessoas e mandar essas pessoas agora responderem à zona Norte”. Mas foi um erro de cálculo dele, porque a Secretaria de Saúde é mais próxima da zona Norte. Então vamos ficar mais tempo à porta da Secretaria de Saúde do que na zona Norte. (Palmas)

Bom, vamos lá. Quais são as propostas do Movimento Popular de Saúde do Centro? Primeiro, revogar o decreto. Que o Prefeito revogue esse decreto, que o Prefeito recue e fale que foi um erro.

Queremos ainda que se faça uma comissão de acompanhamento, de fiscalização, investigação e transição, com representação paritária dos conselheiros da Supervisão Sé, dos conselheiros da Supervisão Santa Cecília, e do Conselho Municipal de Saúde, em conjunto com os trabalhadores. Paritário. Afinal, paritário é paritário, como é o SUS, tripartite e gestores.

Porque naquela que ele fez só tinha os gestores, não é mesmo? E olha lá, hein? Vai ver o currículo desses gestores.

Por último, nunca vamos abandonar nossas lutas. Queremos uma investigação a respeito do fechamento do Hospital Bela Vista, o único hospital municipal que tínhamos. (Palmas) Queremos uma investigação profunda disso. Em quem recai as mortes da UPA Vergueiro, quando não tem lugar nenhum para encaminhar essas pessoas, quando o fecharam?

Somos do Conselho Gestor da UPA Vergueiro, eu e a Rai, e podemos dizer: as mortes aumentaram.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCO ANTÔNIO RIBEIRO - Exato, não tem para onde encaminhar. Então precisamos de um hospital de retaguarda, um hospital de referência no Centro. Mais do que isso: continuamos pedindo um hospital geral, municipal, de porta aberta, no Centro. Por aqui, passam

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 13 DE 64

2 milhões de pessoas que residem próximas e mais quase outro milhão de pessoas que se dirigem a nós. Estamos falando de um universo de 3 milhões de indivíduos, sendo que o Centro é bem abastecido de transporte e, por isso, podem vir pessoas de todos os lugares, aliás, de toda São Paulo, porque é um hospital geral. Além disso, precisamos complementar, porque, hoje, do Centro, o mais próximo é o Hospital Ipiranga, então iríamos para lá.

Portanto, continuamos falando: é necessário um hospital geral municipal no Centro.
Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Marcos. Excelente e fundamental você ter exposto as reivindicações do Movimento Popular de Saúde do Centro.

Neste momento, acho que vou alternando a chamada dos inscritos, quem está presencial, quem está de forma *on-line*, está bem? Antes de passar para o próximo convidado presencial, gostaria de ver se, talvez, a Fernanda, representando o Conselho Nacional de Saúde, pode falar. (Pausa)

A SRA. FERNANDA LOU SANS MAGANO – Posso, sim. Ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Estamos te ouvindo.

A SRA. FERNANDA LOU SANS MAGANO – Perfeito. Primeiro, quero saudar toda organização do Movimento Popular de Saúde, saudar o pessoal do Sindsep, movimento sindical necessário para ajudar a fazer esses enfrentamentos, e também cumprimentar o Sinsaudep, que o Jefferson Caproni está presente e, em especial, o mandato da Vereadora Luana Alves que está junto nessa construção, por chamar esta audiência e por estar sempre presente na defesa da saúde.

Quero apontar, como já foi dito, que o Decreto 64.999, de 10 de março de 2026, é uma excrescência, é um arremedo que tenta encobrir essas possíveis corrupções já denunciadas e, com isso, fazendo esse artifício da extinção da Coordenadoria de Saúde Centro, juntá-la com a Coordenadoria da região Norte, mudando a nomenclatura, chamando, então, de Supervisão Técnica Sé - Santa Cecília, o que se configura, na prática, em desmonte da saúde pública.

É mais um desmonte da saúde pública que se inicia na própria forma de pensar

desde que se estabelece, no controle social, a figura do Secretário Zamarco como Presidente do Conselho, não dando a possibilidade das eleições diretas no controle social e nem a perspectiva de que o Conselho Nacional de Saúde defende o rodízio, ali, entre as figuras de usuários e trabalhadores de saúde, mas também, e isso é quase a cereja desse bolo podre, o fato de todo o estado de privatização, terceirização e quarteirização que vem se estabelecendo já há muito tempo no SUS São Paulo.

É toda uma característica que vem vindo há muito, aliás, quem tem mais tempo - mais tempo de vida - e acompanha os muitos problemas da gestão paulista vê, desde lá da excrecência do que era o PAS, que não era paz de maneira nenhuma, era guerra, e, a partir dali, inclusive, é que já saía a estruturação do Sistema Único de Saúde, a recomposição que vai acontecendo. É uma recomposição que tira essa lógica do PAS, mas que teve, desde sempre, a questão do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também pelos jogos de interesse que acontecem na gestão, as terceirizações e quarteirizações, a ponto de não termos, praticamente, nenhuma unidade que seja ligada, de fato, à gestão plena da Prefeitura.

É importante marcar a posição também que parte do debate da 18ª Conferência Nacional de Saúde, em um dos seus eixos, que é justamente discutir essa posição, ou seja, como é que vamos criar mecanismos, na legislação federal, em ter uma legislação de responsabilidade socio sanitária que faça contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange o teto de gastos e que abre para esse mar de OSs que acontece de forma desenfreada e, assim, para que retiremos, do limite de teto de gastos fiscais da LRF, as ações de saúde, educação e assistência para que, de fato, possamos ter políticas públicas e a garantia dos princípios do SUS.

Acho que muito já foi dito e foi apresentado pelo Marco também, muito claramente, a necessidade de um hospital para a região central, bem como todo o desmonte que vem acontecendo e os problemas na UPA Vergueiro. Tudo já mencionado, além do que, precisamos, de fato, ter uma transparência na relação do uso de recursos para as OSs.

Fico até pensando se não é o momento de, tal como já teve, em tempos passados,

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 15 DE 64

do ponto de vista estadual, uma CPI que fiscalizasse o uso de recursos das OSs no Estado, também, agora, na relação direta com a Prefeitura Municipal de São Paulo, exatamente porque há essa denúncia de que tudo isso não se trata de nada mais, nada menos, do que um arremedo para esconder corrupção e funcionários fantasmas, mas também na troca das OSs, e não por acaso, ambas com nomes que lembram questões religiosas, o que, *per se*, também fere o princípio laico do estado. Trata-se da Associação Filantrópica Nova Esperança, ou a Caminhos de Damasco, ambas referindo-se às questões bíblicas e um aditivo de 500 mil nada bíblico, e ainda esse intercurso de medida judicial que volta para a Nova Esperança.

São muitos os problemas, mas para ir concluindo, até para respeitar o tempo, só vou fazer outra menção: para além do absurdo da região central virar um puxadinho da região de saúde da zona Norte, tem a gravidade do que isso significa, qual seja a leitura política de que o Centro é esvaziado de pessoas quando, na verdade, e já foi dito antes, é uma região de circulação e habitação de mais de 3 milhões de pessoas.

Além disso, vai-se fazendo uma relação da lógica do higienismo e do desrespeitar as pessoas que estão no Centro, ou seja, aquelas que têm moradia e aquelas que estão em situação de rua, sendo que a garantia de saúde deve ser para todos. A região do Centro precisa ser valorizada. Não se deve repetir o *modus operandi* desta gestão, que valoriza apenas os bairros mais nobres e garante condições objetivas somente para eles. Então, precisamos ter uma ação efetiva, e o mandato se dispõe a fazer esse debate nesta audiência pública.

É lamentável que a gestão não tenha comparecido, não venha trazer respostas. E quanto às regiões ficam prejudicadas? Se pensarmos nas regiões da Sé, Cambuci, Consolação, Bom Retiro, Bela Vista e Liberdade, vemos toda essa desproteção em uma área onde temos moradias de classe média baixa, uma grande circulação de pessoas e um acúmulo de cidadãos em situação de rua que precisam ser amparados pela saúde pública.

Então, que marquemos aqui nossa posição sobre a necessidade de investigar essa situação e pela revogação imediata do Decreto nº 64.999, de março. Ele entra em vigor na data de sua publicação, mas aponta o prazo de 60 dias para a implementação das mudanças. E nós

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 16 DE 64

não queremos mudança nenhuma, mas um tratamento sério, correto, pelo direito à saúde pública de qualidade.

Lutamos pela revogação desse decreto, pela restituição da região central com uma Coordenadoria Regional de Saúde e para que possamos ter transparência. Inclusive, o comitê de transição que hoje é composto apenas pela gestão será extinto com a revogação do decreto. Ainda assim, a transparência é necessária. Toda a situação já mencionada aqui pelos Conselheiros Gestores, pela lógica dos Conselhos Locais de Saúde, fica atingida por um impedimento determinado de suas funções devido à desatenção estabelecida pela gestão.

Seguimos pela defesa do Sistema Único de Saúde, pela saúde pública de qualidade à população e contra essa farra das Organizações Sociais, OSs. Que possamos pensar, talvez, como um dos encaminhamentos possíveis além da revogação do decreto, em uma CPI das OSs, à medida que há fortes denúncias de funcionários fantasmas, desvios e toda uma relação que há muito aparece nas conferências municipais de saúde sobre a falta de transparência nos contratos de gestão e a falta de cumprimento de compromissos por parte dessas terceirizadas que assumem a gestão para receber recursos.

Que façamos também todo um processo a partir desta situação-problema de apontar, neste ano em que haverá a conferência municipal preparatória para a 18ª Conferência Nacional de Saúde, uma fiscalização rigorosa dessa condição colocada no município de São Paulo. Digo que o Conselho Nacional de Saúde está à disposição para apoiar manifestações; temos uma assessoria jurídica que pode dialogar nas esferas entre conselhos. Sabemos da autonomia de cada ente federado, mas é fundamental que pensemos o Sistema Único de Saúde, SUS, nessa lógica federativa, inclusive para garantir a implementação da carreira interfederativa nacional do SUS.

A defesa do cuidado da população é fundamental: a garantia de direitos, um hospital no Centro, unidades que funcionem com equipe de trabalho completa e com a garantia da saúde do trabalhador e da trabalhadora. Finalizo dizendo que sabemos que na gestão das OSs há tantos mandos e desmandos, situações de assédio e o próprio temor de ser visibilizado,

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 17 DE 64

perseguido ou demitido. Por isso, muitas vezes, as pessoas não se dispõem a estar presentes neste momento tão crucial.

Agradeço novamente a todos os Pares que construíram esta audiência pública e sigamos para os desdobramentos necessários para enfrentar os desmandos que a gestão Nunes tem feito neste município. Obrigada pela oportunidade de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sra. Fernanda Lou Sans Magano. Muito obrigada pela sua disposição. Sua presença, enquanto representante do Conselho Nacional de Saúde, é fundamental para essa luta.

Seguindo a ordem, pensei em chamar a Sra. Flávia Anunciação do Nascimento, depois o Sr. Jefferson Caproni. Em seguida, o Dr. Jorge Kayano. Temos também o representante do Conselho Municipal de forma *on-line*.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO – Quero cumprimentar a todos e todas na figura da nobre Vereadora Luana Alves, e agradecer o espaço muito importante porque, hoje, tanto os usuários quanto os trabalhadores sofrem uma violência tal que não conseguimos nem narrar o grau de agressividade que esta Secretaria e o Secretário produzem e reproduzem nesse ato administrativo.

Ficamos pensando: por que o Secretário não veio e não mandou ninguém? Porque, na perspectiva dele, ele pode. Ele sente que pode desmontar o serviço, pois não tem nenhum compromisso com o SUS. Nunca vimos uma gestão tão rebaixada do ponto de vista administrativo. O conjunto de trabalhadores que formam a Coordenadoria Regional de Saúde Centro pertence ao território, e a palavra pertencimento é importante. Sou uma trabalhadora do SUS há 30 anos e sempre trabalhei dentro do sistema.

O que eu sei, o que evolui e o que construí não pertencem a mim; pertence à municipalidade que atendo. Minha vida funcional pertence ao conjunto de pessoas que atendo cotidianamente. Decidi ser uma Servidora Pública e entendo que esse é o meu papel, porque vocês contribuíram com a minha formação e com a minha vida pessoal. Tenho uma filha de 30 anos que é antropóloga, e foram vocês que me ajudaram a formá-la. Cada vez que levanto o

garfo com arroz e feijão, está ali a contribuição de cada um de vocês para que eu sobreviva.

Portanto, os trabalhadores da região central, tanto os da administração direta quanto os terceirizados, pertencem a esse território. Eles não pertencem ao Secretário nem ao Prefeito. O pertencimento é ao território e ao vínculo construído. É isso que uma canetada quebra, sem qualquer humanização. Uma caneta destrói uma construção de anos e a diretriz dada por esses trabalhadores que estão na supervisão e na coordenadoria. Nada do que eles transmitem, eles cumprem.

Estou falando diretamente para o Secretário Municipal da Saúde, Luiz Carlos Zamarco. Já vi tempos melhores do Secretário. É horrível vermos do que ele é capaz hoje à frente da Secretaria. Desconsiderar um território inteiro, sua população, suas especificidades e necessidades não é papel de gestor. Está muito longe disso. A arbitrariedade, o autoritarismo e a falta de reconhecimento da importância dos usuários, do controle social e dos trabalhadores não coadunam com a palavra gestão, de modo que ele está distante disso.

E ele entrega esse território para a Coordenadoria Regional de Saúde Norte. Eu, como sindicalista, pergunto: qual é o critério técnico para essa escolha? Quando olhamos a AFNE e a Sociedade Brasileira Caminho de Damasco, os mesmos problemas apontados pelo Tribunal de Contas do Município, TCM, se equivalem em ambas; não há diferença. As mesmas inconsistências, denúncias de corrupção e malversação de dinheiro público estão presentes nas duas.

A Coordenadoria Regional de Saúde Norte é um território, e digo isso como sindicalista e trabalhadora do SUS, onde há um número gigantesco de violência contra os trabalhadores, tanto assédio quanto violência física, atingindo servidores diretos e terceirizados.

A zona Norte nunca recebeu o sindicato para uma reunião dentro da Coordenadoria. Nunca conseguimos uma reunião com a Dra. Ana Kantzos, que é quem coordena na zona Norte e que disse numa audiência pública que agora ela era uma supercoordenadora.

É isso mesmo? Precisamos construir uma supercoordenadora para dar conta de resolver problemas de organização social? Outro ponto que também ficamos bastante

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 19 DE 64

espantados: se eu tenho uma empresa e tenho denúncia de inconsistência ou de corrupção, você vai investigar e punir quem são os responsáveis.

Aqui, no caso, nós punimos todo mundo, desmontamos a empresa, não investigamos, não apuramos. Desmontamos a empresa e pronto, está resolvido o problema. Sabe o que é essa opacidade? É porque a Secretaria hoje não consegue fiscalizar as organizações sociais. O dinheiro vai embora sem que tenhamos uma fiscalização efetiva. (Palmas)

Era pior ainda. Hoje há um sistema chamado SICAP. Ótimo. E esse sistema foi até discutido no MP e com o TCM para se ter uma fiscalização melhor. Assim, temos o SICAP que iria resolver a inconsistência na fiscalização da OS. Mas o SICAP está dentro da própria Secretaria. Não é um sistema autônomo, não tem autonomia, é a própria Secretaria que se autofiscaliza.

Vai dar certo? Resolve a corrupção? Resolve a relação promiscua que vimos no PAS e que vemos hoje se repetir com as organizações sociais? Vou contar uma história da zona Norte, olha que linda essa história. A pessoa estava dentro do serviço público, gerenciando uma unidade básica de saúde. Ela pede uma LIP, que é uma licença sem vencimento de dois anos. Durante a LIP, ela vai gerenciar uma unidade da OS. Terminados os dois anos, ela volta para gerenciar uma unidade da direta. Não existe um negócio chamado quarentena. Ora, eu sou gestora dentro da SMS, saio e vou para uma organização social, sem cumprir quarentena, levando todas as informações e robustecendo a organização social para derrubar o SUS, para matar o SUS.

Então, isso hoje é a realidade da Secretaria. A Secretaria não fiscaliza. Alguém falou aqui do Hospital Bela Vista. O meu sonho é que um dia haja uma auditoria do que aconteceu no Hospital Bela Vista. (Palmas) As pessoas morreram dentro do Hospital Bela Vista sem a possibilidade de alguma chance de sobrevivência. É preciso um dia haver uma auditoria no Hospital Bela Vista, porque o Hospital Bela Vista é um problema de gestão, vai estar no portfólio do Zamarco.

Todas aquelas pessoas que morreram lá, mortes evitáveis, estão dentro do portfólio do Zamarco, que hoje deveria estar aqui para dialogar conosco, olho no olho, ter coragem. Não é ter coragem de dar uma canetada e extinguir uma Coordenadoria. Isso não é coragem. Coragem seria estar aqui olhando no olho da população da região central, com todas as suas especificidades e dialogar com a população e com os trabalhadores.

Ele pode não estar aqui hoje, mas nós estamos, para dizer que a Coordenadoria Centro não será desmontada em uma canetada, pois vamos lutar. A outra coisa importante, da perspectiva dos trabalhadores, porque conversamos e temos acompanhado, é que é muito ruim ferir a nossa moral. Sou trabalhadora há 30 anos. Não venha ferir a minha moral enquanto trabalhadora, porque vamos brigar muito.

Então, quando você extingue e não faz as coisas administrativamente do modo correto, você acaba respingando em todo um conjunto de trabalhadores, que eles também cometeram ilegalidades. Essa é a espada que hoje está sob a cabeça de todos os trabalhadores da região central.

E, de novo, falando direto para o Secretário Zamarco: é inaceitável o tratamento dado para as trabalhadores que estão aqui há 20, 25, 10 anos, têm uma vida inteira construída na região central e você, Zamarco, permitir que isso aconteça com esses trabalhadores, trabalhadores esses que são responsáveis por toda a diretriz construída na região do Centro, que, se você sentar com eles, contam a história da Coordenadoria Centro, desde quando era ligada à Oeste, que é capaz de dizer a luta individual de cada morador do Centro para terem uma Coordenadoria própria, que é capaz de sentar e contar a história de cada equipamento da região central, da sua beleza, das suas dores e das suas dificuldades.

Essas pessoas hoje estão cabisbaixas, porque estão dentro desse rol de pessoas que cometeram ilegalidade. Mas não cometeram, ocorre que elas não têm hoje como se defender. Portanto, é responsabilidade da Secretaria agir adequadamente, administrativamente, e tirar esses servidores desse roldão, e ter respeito por eles.

Outra coisa: a Coordenadoria da zona Norte não conhece o território, ela veio fazer

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 21 DE 64

o quê aqui? Basta você ouvir os usuários do território da zona Norte. A quantidade de reclamação não é pouca. Basta irmos lá, sentar e dizer: como esse território é tocado? Quais são os problemas que há aqui?

Como eu disse, é o maior número de assédio e violência contra trabalhador. Temos denúncias de trabalhadores das OSs que mal conseguem se defender. A Ana Cristina Kantzos pode estar na zona Norte, mas ela não será uma supercoordenadora do Centro, pois não serve para o Centro. O Centro precisa ter a sua Coordenadoria, a sua linha e as diretrizes do SUS para essa região.

Portanto, não aceitamos. E o resgate dos trabalhadores: aqui, todo mundo é morador da região central, cada trabalhador de supervisão, cada trabalhador de Coordenadoria, hoje precisa ser defendido. Trabalhador do CTA, do SAE, trabalhadores das unidades precisam ser defendidos por vocês, porque eles pertencem a vocês, bem como os trabalhadores das UVIS. Todos esses trabalhadores precisam ser defendidos por cada um de vocês, porque o que eles fazem aqui faz a diferença. Construíram a política da região central e ninguém merece ser ter a sua moral ferida ou ser destrutado como eles estão sendo. Não houve nenhum tipo de acolhimento.

Hoje você entra nas unidades e os trabalhadores estão sofrendo. Não foi mostrado para eles nenhum planejamento. A Norte chega como uma supercoordenadoria, com um assédio e violência contra os trabalhadores daqui, porque já chega olhando para eles como se eles tivessem cometido um erro, como se todos eles fossem responsáveis.

E, acima de tudo, uma coisa importante que vemos, que é o que *starta* todo esse processo: alguém ousou dizer que a AFNE tinha inconsistência. Pois é. A Secretaria devia saber, porque é ela que fiscaliza. Aí alguém ousou dizer que a AFNE tinha problema. O que resulta disso é a extinção de uma Coordenadoria.

Em que resulta você tentar fazer um enfrentamento às inconsistências das organizações sociais? Hoje, se chegarem na porta da Secretaria Municipal de Saúde, há um tapete vermelho estendido, café e água fresca para sentar na sala do Secretário e serem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 23

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 22 DE 64

recebidos.

Sabe quem vai ser recebido com a polícia lá na porta? Nós, trabalhadores e usuários do SUS, seremos recebidos com a polícia, com cassete e gás de pimenta para nos colocar para correr de lá.

Então, Secretário de Saúde, é uma inversão que não dá para aceitarmos. Você é médico, conhece o SUS. Em uma canetada, você desmontar todo um trabalho e um serviço dessa região é inaceitável. Isso só demonstra a opacidade nessa discussão, que alguém está sendo protegido e que, diferente de quem denunciou, o erro está sendo protegido pelo Secretário e pelo Prefeito.

Vejam onde chegamos na saúde, dentro do SUS: aquilo que é denunciado está sendo criticado e aquilo que deveria ser investigado está sendo protegido. É uma inversão. Ocorre que, no final do dia, essa inversão mata: mata usuários, pacientes e os trabalhadores também.

Então, minha convocação é para que nos levantemos. Ele não pode, embora ele ache que pode, mas não pode. Esse projeto político não pode e não tem o direito de acabar com aquilo que foi construído nessa região.

Outra coisa: a partir de agora, a diretriz vai ser da Norte, no Centro? Ela é que vai dizer se vai ter hospital ou se não vai ter, o que precisamos ou não precisamos?

Que a Norte fique cuidando do seu território, porque temos o Movimento Popular de Saúde, controle social, gente capaz, trabalhador que conhece o território, que é capaz de cuidar do seu próprio território e dar conta da política.

Então, Zamarco, que vergonha. É uma vergonha você não estar aqui, não ter coragem de estar aqui discutindo conosco. Você, que é um homem tão democrático, nosso Secretário de Saúde, deveria estar aqui fazendo essa boa discussão, porque aqui ninguém tem medo de discutir, não. E deveria estar aqui discutindo e nos ajudando a achar o caminho certo. E o caminho certo para isso é fazer uma escuta qualificada do controle social, dos moradores da região central e dos seus trabalhadores.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Flávia. Muito bem.

Pessoal, estamos com as inscrições de falas já fechadas. Bastante gente se inscreveu, o que é excelente.

Eu não tinha colocado o tempo de fala antes. E não tem problema, está tudo bem, mas eu vou contar, de agora em diante, para ouvirmos a fala de todo mundo, em sete minutos. Tá bom?

O Kayano vai ficar injustiçado. Mas está tudo bem, gente.

Eu acho que é porque está engasgado. Faz parte.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É, está engasgado pra caramba.

Eu vou chamar agora o Jefferson; depois, o Kayano; e, depois, o Walter.

O SR. JEFFERSON CAPRONI – Boa noite a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a proponente desta audiência, a Vereadora Luana Alves; também o presidente da Comissão, o Vereador Nabil. E também saúdo todos os trabalhadores e trabalhadoras; o segmento da saúde; e a Dra. Fernanda, que representa o Conselho Nacional de Saúde, e cuja presença reforça a importância deste debate em nível federal, já que não temos capacidade – ou melhor, a competência – do Executivo do Município de São Paulo. Então eu já a cumprimento e lhe agradeço.

Cumprimento também os componentes do sindicato irmão: o presidente Joãozinho; a Flávia, do Sindsep; também todo o controle social, na figura também do nosso companheiro Marco Antônio; e também o Dr. Jorge Kayano.

A minha fala não vai ser muito longa, até porque todos vocês já falaram assuntos e pontos que o Sindicato da Saúde de São Paulo também atesta. A nossa união é o que vai garantir, com certeza, Vereadora Luana, a voz do trabalhador e do usuário, para que não seja silenciado, como está, muitas vezes, objetivando a Prefeitura de São Paulo. E pela experiência, os alertas e os fatos que já aconteceram anteriormente, eu falo também em nome do Sindicato,

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 24 DE 64

pela responsabilidade, porque já enfrentamos piores consequências dessas transições de gestão e de má gestão. E nós não estamos debatendo suposição, porque tudo isso já foi colocado por TCM, por instalações dentro de audiência da Prefeitura de São Paulo, da Câmara. Estamos tratando também das cicatrizes reais de vários trabalhadores que se tornaram vítimas.

O Hospital Bela Vista foi o último. E foi fechado. Eu nunca vi, Dra. Fernanda, uma unidade de saúde ser fechada. Isso, na verdade, é crime contra a saúde pública. E isso aconteceu em São Paulo.

E o Hospital Brasilândia, que, com uma mudança de OS, resultou na demissão de mais de 1500 trabalhadores. E mais uma vez a figura da Prefeitura, do Prefeito, colocando que estava certo fazer aquilo. E nós, como sindicato, entramos com uma ação civil pública para que isso não fosse pior. O prejuízo humano seria incalculável, porque vimos trabalhadores ficarem 60 dias sem pagamento de rescisão também e com contrato sem sub-rogação.

O caso da AFNE, que aconteceu no Bela Vista, mais uma vez aconteceu. E estamos falando de mais de seis mil trabalhadores que poderiam estar demitidos neste momento, porque a Prefeitura, sem fazer, na verdade, uma verificação, uma averiguação com esta Casa, com Vereadores sérios – como a Luana –, também com o controle social, que também é importante para averiguação dessa questão, colocou suspensão de 60 dias, com o Caminho de Damasco tomando conta dessas unidades. E sendo que as pessoas que sustentam, as famílias que sustentam esse conselho de saúde, a Prefeitura, de maneira geral, são os trabalhadores da saúde, independentemente se é da OS ou se é concursado, defendem a questão dos munícipes de São Paulo.

Quanto a essa suspensão contratual, até agradecemos a Deus, por ter retornado, por algum motivo, de alguma forma, esses trabalhadores, porque pais e mães de família denunciaram para nós o medo, porque falaram que iriam ficar 60 dias talvez com o Caminho de Damasco pagando, e, depois, todos iriam ser demitidos. A sub-rogação não era para transferir novamente para outro contrato, era só para manter o medo e o desespero durante 60 dias. Só isso.

E, claro, sabemos que nenhuma transição seria legítima se não tivesse o controle social, se não fossem os Vereadores que estão na pasta da saúde e o movimento sindical. E é isso que nós exigimos, de forma que a participação direta do controle social e do sindicato tenham realmente esse viés, porque o estamos vendo é que não estão chamando à mesa, para tratar desses assuntos, aqueles que mais interessam nesse controle social. Então a sub-rogação obrigatória e a experiência do território, da população, do patrimônio do SUS preservado, só vão fazer sentido – não só nesta audiência – se a nossa participação tiver efetividade.

O que está acontecendo hoje é um crime contra a saúde pública: não tem segurança jurídica, não tem estabilidade. E as equipes estão com a palavra medo. O trabalhador da saúde não pode ser massa de manobra. E falo como profissional auxiliar e técnico de enfermagem há 20 anos. Não podemos, mais uma vez, ser massa de manobra do ajuste administrativo ou da disputa institucional. Estamos vendo, na verdade, presidentes de organização social mandando mais que o Prefeitura de São Paulo. Somos a coluna vertebral desse sistema. E temos que continuar sendo vigilantes, porque o filme da Brasilândia e da Bela Vista não pode se repetir.

Mas, Luana, o que está acontecendo é realmente algo que chama a atenção.

A nossa experiência não é boa, porque não teve transparência lá atrás, não está tendo transparência hoje e o futuro a Deus está pertencendo. E para a garantia de um trabalho digno, de uma equipe e de um equipamento positivo, tem que preservar também os trabalhadores, tem que preservar também a questão que foi colocada pela Flávia: o Tribunal de Contas Municipal tem que averiguar, mas também nessa auditoria tem que ter, sim, aqueles que sustentam essa população, que é o controle social e o movimento sindical.

Muito obrigado. Estamos à disposição. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Jefferson.

É fundamental também vocês estarem juntos.

Eu vou chamar agora o Dr. Jorge Kayano, que acho que tem uma apresentação.

Nesse caso, vamos estender o tempo para dez minutos, por conta da apresentação que você montou.

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 26 DE 64

Para finalizar, o Walter. E depois vamos para as nossas falas.

Sei que pode ser que a coisa se estenda, mas peço a todos que fiquem, porque temos encaminhamentos para tocar, passos para planejar e para fazer nessa batalha.

O SR. JORGE KAYANO – Boa noite a todas e a todos.

Na verdade, eu não teria mais nada para acrescentar em relação ao que foi falado até agora. Começou com a Luana situando a questão, e todos os reparos que foram feitos, com ênfase na fala da Flávia, eu subscrevo. Eu não vou falar para o Zamarco, porque não adianta, não é um cara dialogável. (Palmas)

Eu sei que a Flávia, por uma questão de ênfase, olha e fala assim: “Ó, Zamarco”. Mas o Zamarco não olha. Esse é um detalhe importante.

Uma reflexão que eu gostaria de estar fazendo sobre este fato: por que o Zamarco não liga para o que o pessoal fala ou reclama? Porque as chamadas pesquisas de opinião, na cidade, apontam que a saúde está relativamente aprovada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JORGE KAYANO – É, mas esse é um detalhe que não é pequeno, né? Para uma cidade em que quase metade da população tem planos e seguros de saúde, a comparação do serviço público é com esses planos.

Como a qualidade dos planos de saúde varia muito – e os planos melhores são extremamente caros –, a maioria da população tem planos bancados pelas empresas. Há um rebaixamento no chamado atendimento privado aqui em São Paulo. E a comparação que a população faz é com essa média do setor privado que faz a atenção dos planos e seguros de saúde.

Vejam: a quantidade de queixas e reclamações por mau atendimento, não atendimento e descarte de pacientes dos planos e seguros é enorme. E está piorando cada vez mais. Por quê? Porque o lucro está aumentando às custas do não atendimento.

Nós estamos vivendo uma situação em que o SUS é uma espécie de colchão de amortecimento para essas pessoas que tinham planos e que achavam que era vantagem ter

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 27 DE 64

planos e seguros pelo atendimento mais rápido, que está ficando cada vez mais demorado e está se equiparando, hoje, à demora no setor público.

Então, nós estamos em uma situação de uma competição para baixo, em que o setor público tende a piorar olhando para o setor privado, e o privado piora olhando para o público. Essa é uma situação complicada.

E por que a população, de certa forma, aceita que essa situação é uma situação normal? Porque o parâmetro de avaliação do SUS não é o direito à saúde, não é a preocupação com o enfrentamento das determinações sociais da saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde faz questão de ignorar qualquer tipo de visão intersectorial da saúde. Não há diálogo da saúde com educação, com assistência, com esportes, com cultura. Não tem, não existe. Por quê? Porque boa parte do sistema público, que deveria ter um olhar com bastante atenção para cada território e para cada condição de vida da população, que é extremamente heterogênea, desigual na cidade toda, para olhar a partir das ações intersectoriais para identificar formas de melhorar, promover a saúde e reduzir doenças. E isso não é feito hoje, e nem foi feito há dezenas de anos.

A população não conhece o SUS. Na verdade, nós temos um arremedo de SUS, que não é o SUS que foi construído a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde. E, infelizmente, do ponto de vista da população como um todo, a falta de um parâmetro adequado para se avaliar o que é, hoje, o SUS faz com que a população ache que isso é o normal.

E este é o nosso grande desafio: como conseguir, no trabalho cotidiano de participação, fiscalização e cobrança dos direitos, envolver uma quantidade cada vez maior de usuários para os seus direitos – com esse olhar do SUS e da saúde, com um conceito ampliado de saúde –, e que não é o que está sendo praticado aqui em São Paulo.

Então, o Zamarco, nessa condição, está nadando de braçada. E é isso que eu acho que é importante a gente não esquecer.

Bom, vou passar bem rápido pela minha apresentação, porque, na verdade, é uma espécie de recapitulação do que aconteceu nesses dias.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JORGE KAYANO – Como vocês estão vendo, o primeiro *slide* só mostra a chamada desta audiência e a advertência do que agora está sendo abordado: o sucateamento planejado do SUS. Assino embaixo.

Aí está o decreto. Para quem não conheceu ou não viu os termos, eu acentuei alguns pontos, e não vou repetir nada. Está certo? Mas é importante a gente perceber que esse dia 10 de março é o mesmo dia em que é publicado esse decreto de extinção da Coordenadoria Centro e a unificação da Supervisão Técnica de Saúde da Sé com Santa Cecília, jogada para a Norte. E, no mesmo dia, há um despacho do Secretário – não é nem portaria, é um despacho – dizendo: atendendo à fala da Controladoria, que denunciou a AFNE, acato essa denúncia e concordo com a suspensão do contrato.

Mas como suspender o contrato implicaria um problema imediato de desassistência, ele usa esse argumento da suspensão para jogar a SBCE na história. E aí vem essa história toda que o Marco comentou, de que, informalmente, a SBCE foi a única que se interessou em receber esse contrato da AFNE, porque, segundo a Flávia, eles se equivalem, eles são os mesmos.

Ele se dispôs. Falou assim: “Bom, estão querendo entregar, eu aceito.” Isso aconteceu no mesmo dia do decreto. É interessante para a gente pensar um pouco por que a AFNE continua. Porque ela se dignou a recorrer, e a Secretaria não conseguiu demonstrar a razão da suspensão do contrato. Isso é que é mais vergonhoso ainda, Flávia. Por quê? Porque se eu tenho elementos e provas de que houve desvios, problemas e fraudes na gestão do contrato, eu não teria nenhuma preocupação de essa suspensão ser anulada pela Justiça. Por que haveria isso?

O nosso problema de fiscalização das OSs é tão grave, a ponto de, mesmo quando uma Controladoria aponta esse problema, a Secretaria faz de conta que está atendendo a essa informação, mas não tem como sustentar. Isso é mais vergonhoso do que qualquer outra coisa.

Então, para que serve toda essa estrutura que foi criada na Secretaria para gerenciar

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 29 DE 64

os contratos de gestão, fiscalizar e, segundo teorias, gastar bilhões de reais com processos de informatização, com o argumento de que ia haver melhora na fiscalização, e continuar acontecendo uma situação como essa?

Isso é que é o mais vergonhoso de tudo. Significa contratos que são feitos para empresas apresentarem vários tipos de mecanismos de apontamento das informações – todas as que as organizações sociais são obrigadas a fornecer –, mas, no final das contas, se enxuga e não se vê nada. E, quando existe algum problema, a Secretaria releva.

Essa é a nossa situação.

Aqui embaixo tem uma observação que está apenas indicando que, pelo fato de a AFNE continuar com o contrato, houve um lançamento – uma espécie de chamamento – para uma possível contratação emergencial de alguma entidade que tenha interesse em assumir a região Centro, e isso tem prazo até o dia 27, agora, deste mês. Não se sabe se vai haver a entrada de entidades.

Enfim, essa é a situação que a gente está vivendo. É uma situação que parece muito patética por tudo aquilo que foi falado antes e quando vemos o que a Secretaria está demonstrando com essa situação de ter que lançar um chamamento que chama de emergencial, que é a grande porcaria. Porque vejam: formalmente, todos os contratos de gestão com o gerenciamento da Atenção Básica já estão vencidos desde fevereiro deste ano, não estão mais vigentes. Nós estamos sem contrato, nem a publicação de uma nova prorrogação aconteceu. Estamos em uma situação extremamente complexa, porque, a gente sabe disso. A população está sabendo? Então, esse é o nosso problema.

É por isso que acho que audiências como essas são importantes, mas a gente tem que buscar mais formas de ampliar essa denúncia para fazer com que esse tipo de situação seja do conhecimento da população como um todo.

E aquela diferenciação que a Flávia defende, de que os trabalhadores parceiros terceirizados não têm culpa nessa história, tem que ser colocada. Mas, a gente também tem que reconhecer que hoje 95% do pessoal da Atenção Básica é de parceiros, e certamente eles estão

muito mais sujeitos aos assédios e violências institucionais do que o servidor efetivo. Estou falando isso até porque os servidores são mais antigos, têm mais tempo de trabalho e conhecem mais os seus direitos. Então, há uma diferenciação em que o conjunto de servidores terceirizados está muito menos organizado e muito menos mobilizável. Não podemos nos esquecer disso também. É uma situação complicada.

Se for possível, a quem tiver interesse, eu trouxe alguns números, que coloquei no *slide*. Para além da especulação de como foi acontecer uma situação como essa que nós estamos vivendo hoje, eu coloquei alguns dados objetivos. Por exemplo, o fato de que a Coordenadoria Regional de Saúde Centro tinha um total de 13.800 trabalhadores. E, em comparação com a Coordenadoria Norte, que tem 18 mil, a Centro é uma Coordenadoria relativamente pequena pela quantidade de equipamentos e unidades de saúde, certo? E isso fez com que, de certa forma, a gestão, olhando para essa situação da estrutura administrativa da Secretaria, pensasse o seguinte: “Já que o conjunto das Coordenadorias e das Supervisões Técnicas tem uma função reduzida para fiscalização e controle efetivos, vamos pegar a menor delas e cancelar”.

Essa foi a decisão. Não imaginem que o decreto saiu de um dia para outro, ele foi gestado desde o ano passado. É um decreto que não saiu de uma hora para outra, que alguém escreveu e decretou. Não; ele foi pensado antes, e o argumento da AFNE foi só uma justificativa para acelerar o processo. Foi isso o que aconteceu.

Vocês poderiam depois dar uma olhada nesses dados, que eu acho importantes. O orçamento da CRS Centro é relativamente pequeno, de 35 milhões, e o da CRS Norte é um pouquinho maior. Mas o orçamento da CRS Centro representa 0,1% do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde. É um dado relevante essa pouca relevância da estrutura das Coordenadorias.

Para terminar, é importante que eu chame a atenção para esse texto exibido na imagem, relativamente longo, porque a Secretaria, no ano 2024, ao apresentar a programação anual de saúde, pediu para as Coordenadorias Regionais dizerem o que elas veem do seu

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 31 DE 64

território, qual é o diagnóstico que elas fazem de suas regiões.

Por esse texto da Coordenadoria Regional Centro, fica muito claro o porquê, a razão da existência da Coordenadoria. E isso está em um documento oficial da Secretaria, numa proposta de programação anual de saúde para 2025 que foi totalmente desprezado na hora em que a Secretaria resolve desativar essa Coordenadoria. Então, é importante que todo mundo veja que o próprio documento oficial da Secretaria - parte dele elaborado pelos trabalhadores da Coordenadoria Regional Centro -, justificando a sua existência, foi totalmente desprezado nesse processo.

Era isso o que eu gostaria de colocar. Obrigado pela atenção. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Kayano.

Pessoal, vou passar agora para a última fala da Mesa, depois a gente abre para as falas, está bem?

Tem a palavra Walter, representante do Conselho Municipal de Saúde.

O SR. WALTER MASTELARO NETO - Boa noite, pessoal. Na pessoa da Vereadora Luana, cumprimento o pessoal da Mesa e todos os presentes.

Não posso dizer que é um prazer estar com vocês, porque confesso que gostaria de que a gente não estivesse discutindo esse assunto, essa questão. Eu vou tentar ser bem rápido para garantir que as pessoas presentes consigam falar e ser ouvidas sobre o Conselho Municipal nessa situação toda.

Acho que não é, infelizmente, desconhecido de ninguém que o Conselho Municipal, nos últimos anos, tem tido enfrentamentos e questões com a própria gestão e com sua própria Presidência, uma vez que o Presidente do Conselho Municipal de Saúde é o Secretário de Saúde. E, embora haja, majoritariamente, um sentimento de apoio ao movimento da região Centro para que a Coordenadoria seja restituída e para que as Supervisões Técnicas de Saúde sejam separadas novamente, a gente decidiu, nesse primeiro momento, sim, nos municiar de mais informações para, de alguma forma, tomar uma posição dando mais evidência ao que acreditamos – pela nossa experiência de acompanhamento – sobre como essa fusão da

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 33

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 32 DE 64

Coordenadoria e das Supervisões trará de prejuízo na Assistência, nas relações de trabalho, na própria fiscalização e acompanhamento e até mesmo na execução da política pública municipal de saúde; e as políticas estaduais e nacionais refletem aqui no município.

Então, neste momento, o Conselho Municipal está aguardando uma série de solicitações e informações que a gente enviou sobre a estrutura da Secretaria para que a gente possa dar uma manifestação que não seja vista ou contrarrespondida pela Secretaria como de costume, considerando-a apenas como uma manifestação política, uma posição fraca.

O que quero somar, frente a tudo o que já foi dito, são algumas dúvidas que tenho, diretas, imediatas, sobre a própria questão de a fusão não trazer um prejuízo direto quando a gente fala sobre a participação social. A gente tem uma orientação sobre a questão dos Conselhos Gestores nos serviços e dentro das Supervisões Técnicas de Saúde, que seriam as unidades, os equipamentos, os serviços de saúde responsáveis por fazerem diretamente no território o acompanhamento e a execução da política municipal de saúde. Com a fusão das Supervisões Técnicas do antigo território da Centro, a gente vai ter, sim, uma fusão desse conselho gestor. A gente vai ter, efetivamente, uma redução dos conselheiros no território, o que traz como consequência uma dificuldade maior de acompanhamento de toda a questão pelo controle social.

O Conselho Municipal de Saúde pretende pleitear não só um retorno da Coordenadoria, mas também um espaço dentro de todos esses órgãos, comitês, conselhos de acompanhamento que são criados. Acho que vale pontuar que o Conselho Municipal tentou pleitear um assento regular dentro da própria Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão. E não fomos atendidos pela própria Secretaria, que respondeu que não havia desenho dentro das normas atuais e não faria uma alteração nelas.

Então, o Conselho Municipal se coloca, nesse primeiro momento, em completa solidariedade ao Movimento do Centro. E saibam que o nosso silêncio não é um silêncio intencional em não se manifestar ou não apoiar. Mas que a gente pretende tomar uma posição que seja vista como mais qualificada possível, para que a gente possa apoiar todas essas

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 33 DE 64

reivindicações do Movimento Central, que o Conselho entende como justa e legítima. E que elas sejam vistas ou revestidas, ao máximo possível, de todos os elementos e as evidências para que a gestão não possa simplesmente continuar ignorando ou dizendo que o controle social, que é até um contrassenso, mas só se manifesta de uma forma política, não é contra a própria gestão.

De resto, assim, acho que eu vou parar por aqui e deixo apoio às várias falas que vieram anteriormente, na Mesa.

Obrigado, excelente noite para vocês todos. Vou continuar acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Walter.

Pessoal, a gente está com uma série de pessoas inscritas. Seremos um pouco mais rigorosos no tempo de três minutos, *ok*, para todo mundo conseguir ser escutado e passarmos aos encaminhamentos.

Eu vou chamar primeiro a Priscila Tancredi, representando a APSP, Associação Paulista de Saúde Pública. Depois, a Vilma do mandato do Toninho Vespoli.

Peço para todo mundo que for falar, que fique de olho ali na Ana Paula, que estará com a plaquinha do tempo, está bom?

A SRA. PRISCILA PEREIRA TANCREDI - Boa noite a todas e todos.

Queria saudar a Mesa, dizer que é um orgulho poder estar aqui e participar desse evento. Acho que é importantíssimo, apesar de a gente não ter a presença do nosso Secretário. Tenho certeza de que tem alguém nos ouvindo para que a gente possa depois, em algum momento, tentar debater isso pelo Conselho Municipal de Saúde.

Estou aqui hoje representando a Associação Paulista de Saúde Pública, mas sou trabalhadora também da Prefeitura Municipal, trabalho na Vigilância desde 2012, e me entristece muito viver essa situação. Eu estou representante também no Conselho Municipal de Saúde, acho importante a gente situar isso, porque tem algumas coisas que eu gostaria de falar com relação a essa situação. Acho que foi muito bem pontuado que é um retrocesso o que aconteceu com o desmonte da Coordenadoria Centro.

Mas, eu gostaria de lembrar que a gente avança anteriormente, de uma

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 35

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 34 DE 64

Coordenadoria que se chamava Centro-Oeste, e passa a ter uma Coordenadora que diz respeito a um único território, que tem as suas especificidades, que é necessário que seja feito desse jeito, como manda o próprio SUS, de que tenha essa descentralização e de que tudo seja feito a partir desse território.

Gostaria de lembrar também que, em 2020, a gente teve um primeiro desmonte nessa situação dentro da Secretaria, que foi o desmonte de Covisa, em que a gente teve uma remoção grande de servidores, que está sendo acompanhada por esta Casa, está sendo acompanhada no Ministério Público, e também no Conselho Municipal. Mas já vem uma situação de violência com estes servidores a partir daí. E grande parte desses servidores que já trabalhavam na Covisa, que fica no território do Centro, passaram então para a Atenção Básica e passam a fazer parte desse sistema de saúde, que hoje também foi desmontado.

Então isso vem se repetindo com essa violência para os trabalhadores, que eu acho que é algo que a gente precisa lembrar. Nesse desmonte de Covisa também, a gente coloca a Vigilância como subordinada à Atenção Básica. Eu acho que esse é um detalhe importante, porque a gente fala muito da fiscalização, daquilo que tem sido feito. Mas, a partir desse momento, a gente tem um princípio jurídico que diz que quem fiscaliza não pode executar. E quando a gente está com a Vigilância embaixo da Atenção Básica, a gente tem um problema muito grande, passa a não poder fiscalizar as ações, inclusive, das OSs que estão nesse caminho.

Em 26, a gente tem esse decreto que elimina a CRS Centro, mas ele tem um violento impacto direto na saúde física e emocional desses trabalhadores, tanto da direta quanto dos trabalhadores que são terceirizados. E esse decreto direciona o patrimônio. Eu acho que isso é de uma violência muito grande. Ele dá conta de dizer para onde vai o patrimônio, mas não diz para onde vão os servidores. E isso diz muito do que é a direção que essa administração tem tomado.

Eu vou me estender só mais um minutinho, por gentileza. Não tem informações adequadas, não tem diálogo institucional, não traz nenhuma estabilidade psicossocial para

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 35 DE 64

nenhum desses trabalhadores. Então é muito violento esse processo, que tem sido vivenciado em dobro pelos servidores. E, agora, também, pelos trabalhadores da terceirizada.

E eu queria dizer que a CISTT, que é a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, fez, na sua última reunião, um ofício cobrando as informações sobre a questão da Comissão de Transição, que diz que foi criada, que foi feita uma reunião em 18 de março, para dar uma apaziguada com os trabalhadores e dizer: “Não, fizemos uma Comissão de Transição”. Com quem, como, onde, quem é que compõe? Não se diz e não se abre isso para os trabalhadores.

Então, a gente fez esse ofício cobrando as informações da composição, da atribuição, dos critérios que foram colocados, e pedindo que a gente faça parte disso com os trabalhadores representados pelos seus sindicatos. E ainda estamos aguardando resposta do Governo. Acabei de cobrar a Secretaria, ainda não tivemos nenhuma resposta. Mas, peço apoio desta Casa para que a gente tenha uma pressão em cima do Governo.

E queria finalizar dizendo que o planejamento de cada região tem que ser feito de forma ascendente, com ampla participação popular. E eu acho que é isso que a gente acredita, que a gente deve defender, que o SUS tem que ser público, estatal e universal. Eu queria agradecer a todos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada, Priscila, fundamental a participação da APSP com a gente.

Vou chamar a Vilma, assessora do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL. E depois, pessoal, já vem o Dimitri, que é do Conselho Estadual de Saúde e do Movimento Popular de Saúde de Santo Amaro, Cidade Ademar e Pedreira.

A SRA. VILMA DA MOTA LOPES - Boa noite a todos, a todas, a todes. O Toninho, hoje, teve um compromisso numa escola. Ele foi chamado e não pôde estar aqui, embora tivesse confirmado, mas não pôde.

Mas a gente vem aqui trazer a solidariedade aos trabalhadores da direta, que sofrem,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 37

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 36 DE 64

viu, gente? Porque o que eu aprendi no SUS é que os trabalhadores da direta ou os trabalhadores concursados fiscalizam as OSs. Esse é o papel, não é verdade? Não estou falando nada demais, é para ser desse jeito.

E a gente percebe também uma outra coisa, e a gente também às vezes fala que os trabalhadores das OSs não são nossos inimigos. São trabalhadores, porque vendem sua força de trabalho. Não estou falando nada demais sobre isso. Então a luta aqui tem que ser de todos. Eu já morei aqui na região central, e a gente já enfrentou algumas lutas aí com o Marcão, com todo mundo, não é Marco, com o povo aqui da região Central.

Então eu conheço um pouco esse território. A gente sabe qual é o público, quem passa por aqui, a gente conhece um pouco. Por isso que a gente está junto aí com o Movimento de Saúde do Centro, ajudando a questionar essa questão do fechamento de um serviço, de uma Coordenadoria que tem o seu papel de fiscalizar as OSs. E a gente está em luta.

E uma outra coisa, como militante da saúde, desde que foi construído o SUS, um dos principais papéis é a participação popular. E é isso que eu fico questionando, porque a região central ficou sabendo, como eu fiquei sabendo, pelo WhatsApp, né Marco, né gente? No WhatsApp: “Olha, a gente fechou lá a Coordenadoria, vocês vão lá para a região Norte, vai ter só uma supervisão”, como se a gente não fosse nada.

Gente, a gente já deu muito suor na construção desse SUS. A gente já trabalhou muito para fortalecer esse SUS para algum Secretário, prefeitinho, fazer isso com a gente, tá? (Palmas)

Que é isso? Tive companheiros que já morreram defendendo o SUS nas nossas periferias. Posso falar o nome de gente aqui, mas não vem ao caso, para alguém chegar aqui e desrespeitar o controle social.

Então, gente, é um pouco isso que eu fico pensando a cada momento: “Quantas pessoas, quantos trabalhadores estão sendo desrespeitados por conta de um prefeitinho”. E eu chamo prefeitinho, porque ele não me representa, e acredito que não representa nenhum de vocês.

Eu acho que a gente tem que se fortalecer com todos os mandatos. O Vereador Toninho se coloca à disposição. E outra coisa, o Vereador Toninho mandou um ofício também pedindo uma reunião com o Secretário, com o Movimento de Saúde do Centro. Mas, além de eu não respeitar a população, não responde nem ao Vereador.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - É uma falta de respeito com a gente.

A SRA. VILMA DA MOTA LOPES - Então, é uma falta respeito. A população é gentinha para eles. Desculpa, não é isso, não. E o Vereador que foi eleito não tem resposta. Mas é um pouco isso que a gente quer falar.

Minha solidariedade aos trabalhadores das OSs, aos trabalhadores diretos e a todo o Movimento de Saúde do Centro que está resistindo a todo esse desgoverno do Nunes. Chega, né, Nunes, respeita o povo. E tem pré-conferência, viu, gente? A gente tem que se fortalecer e colocar o que a gente quer.

É isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Vilma. Agradeço muito a sua presença no mandato do Vereador Toninho.

Pessoal, agora vai falar o Sr. Dimitri. E, depois, eu vou chamar a Sra. Maria José de Souza, da união dos Movimentos Populares de Saúde.

O SR. DIMITRI AUAD - Aqui, quem fala é o Coordenador do Movimento Popular de Saúde de Cidade Ademar e Pedreira.

Eu queria, mais do que parabenizar, agradecer à Vereadora Luana e ao Vereador Nabil pela audiência. E fica muito pouco para ser dito, Sr. Kayano e Sra. Flávia, diante das falas que eu diria irretocáveis.

Agora, sobre aquela fala do Coordenador do Centro, eu diria que, se a prática de fechar Coordenadoria Regional for em razão de casos de corrupção, cabe vislumbrar que, se esta lógica da gestão não for expurgada, outras Coordenadorias, inclusive Supervisões Técnicas de Saúde logo, logo... (Palmas)

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO - Inclusive a Norte, Sr. Dimitri.

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 38 DE 64

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Suprime tudo de vez.

O SR. DIMITRI AUAD - Também correm o risco de estar sendo encerradas.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO - Inclusive a Norte.

O SR. DIMITRI AUAD - Eu entendo que o que deveria ter ocorrido – estou lendo porque não estou bem fisicamente -, no caso da corrupção da CR Centro, é saber porque a fiscalização falhou, onde falhou e o que tem que ser reparado e/ou aprimorado para que não venham ocorrer novos casos e casos com tamanha displicência, prejuízos na assistência aos usuários e aos cofres públicos.

Assim, reitero a proposta da Coordenadora Fernanda - eu não sei se a Fernanda, Coordenadora do Conselho Nacional, se encontra – que eu entendo que é para ontem a necessidade de abertura de uma CPI na Câmara com o propósito, ou propósitos, de investigação e também de elaboração de arranjos que corrijam as falhas inquestionáveis do modo de gerir e de fiscalizar da Secretaria Municipal de Saúde.

Agora, especificamente sobre a proposta da CRs, que a gente está chamando de Center Norte, eu lembro e informo que as duas maiores Coordenadorias Regionais de Saúde da Secretaria têm população entre 2,7 a 2,8 milhões de habitantes. Eu falo da Coordenadoria Sul e da Coordenadoria Leste.

Em relação à população da Norte e da do Centro, cabe lembrar que, se o Centro tem 2,5 milhões de habitantes, considerando a população flutuante; a Norte tem 2,5 milhões. Então, nós estamos falando da constituição de uma Coordenadoria que vai orbitar entre 5 milhões a 5,5 milhões de habitantes. É um absurdo, é um absurdo, é um absurdo!

Encerro destacando que, no Plano Municipal de 26-29, dados e informações referentes à população flutuante, que são imprescindíveis ao planejamento com a devida responsabilidade, não foram informados no Plano Municipal de Saúde. E aí a indagação: por quê? Por que omitir esses números? Para que não dê o devido peso e importância do que é a população flutuante na Coordenadoria Regional de Saúde Norte.

E encerro reivindicando, Vereadora Luana: não é uma única CPI, eu diria que é mais

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 39 DE 64

de uma CPI.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Sr. Dimitri. Excelente.

Pessoal, agora a Sra. Maria José de Souza, da União dos Movimentos Populares de Saúde. E, depois, a Sra. Ananda, do É de Lei.

A SRA. MARIA JOSÉ DE SOUZA – Boa noite a todos e todas.

Eu faço coro à fala do Sr. Marcos, à fala da Sra. Flávia. Muito obrigada, Sr. Jorge Kayano, que sempre é um destaque, mostrando algumas coisas que todos nós precisamos guardar um pouco na mente.

Eu acho que não é uma super Coordenadoria, eu acho que vai ser um desastre de Coordenadoria, porque não é possível uma pessoa achar que vai ter competência, ter toda garra que ela precisa ter para coordenar, para gerenciar essa gama que tem a Norte e que tem o Centro. Todos aqui já falaram, e nós precisamos falar muito, para sentir. E, assim, eu faço jus à luta que o pessoal do Centro vem travando, nós estamos juntos com vocês.

Não podemos esquecer, nessas pré-conferências, de todas essas consequências que estamos vivendo. Então, não vamos esquecer disso, não vamos engolir carta marcada, porque já vêm as cartas marcadas, nós estamos acostumados participar de conferências e sabemos como é que vem, sabemos como são feitas as avaliações dos planos, dos relatórios de gestão. Aí chega lá: “Ah, isso aqui é só para dizer está ótimo, está bom”. Essas pesquisas que fazem por aí, Sr. Jorge, eu não sei quem é pesquisado, porque nós nunca esbarramos com esse povo; parece que já tem os lugarzinhos certos, as pessoas certas, para responder essas pesquisas. É por isso que mostra coisas boas, coisas maravilhosas.

Ou então, quando sabem que uma pessoa teve um problema e foi bem tratada, chegou em casa contente, alguém vai lá para fazer a cabeça, para responder essas questões. Para mim, é isso; porque com os desastres que temos visto em todas as regiões, em que mais aparecem as coisas ruins, do que as coisas boas, não dá para acharmos que é essa maravilha toda que estão apresentando para nós.

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 40 DE 64

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, companheira Maria José.

Pessoal, mudando um pouquinho a ordem, vou chamar agora o Sr. Carlos, representando o Sinfar, Sindicato dos Farmacêuticos; depois a Sra. Claudia Campelo, representando o CAPS Adulto Butantã.

O SR. CARLOS - Boa noite, gente. Eu não estou acostumado muito com microfone, mas eu fiz as anotações aqui e vou tentar colaborar. Tudo o que vocês falaram aqui, eu vou chover no molhado, mas eu vou marcar um pouco a presença como trabalhador farmacêutico do SUS e representando o Sinfar, hoje.

O que está sendo apresentado hoje como reorganização administrativa levanta sérias preocupações, do ponto de vista técnico, assistencial e democrático. Isso é bem importante.

Não estamos falando de um território qualquer. A região central de São Paulo tem uma das maiores complexidades sanitárias do país, exige conhecimento acumulado e continuidade de políticas públicas. O que vemos aqui, no entanto, é uma mudança profunda sendo conduzida com baixa transparência.

Aliás, transparência falta em todas as instâncias, e pouco diálogo com quem sustenta o SUS no dia a dia, que somos nós, trabalhadores e o controle social. Isso é muito grave. E por que essas decisões dessa magnitude não podem acontecer sem clareza e sem critérios, sem diagnóstico público e sem debate real com a sociedade? Que é isso que vocês já apresentaram aqui hoje.

Não é razoável que uma alteração estrutural na gestão de um território tão sensível aconteça sem que estejam explicitados os seus fundamentos técnicos e seus impactos. Do jeito que está colocado, é evidente o risco da descontinuidade do cuidado, da fragilização das equipes, da perda de vínculo com a população e da redução da capacidade de resposta a demandas complexas, especialmente da saúde mental, tanto dos trabalhadores quanto da população, e, em especial, da população em situação de rua.

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 41 DE 64

Do ponto de vista dos trabalhadores, o cenário também preocupa: falta de informação gera insegurança – e isso passamos em todas as instâncias, tanto terceirizado quanto concursado – e desorganiza serviços e compromete diretamente a qualidade da assistência.

Por isso, vimos não apenas para manifestar preocupação, mas para exigir respostas objetivas, e, principalmente, transparentes.

Qual o diagnóstico técnico que embasa essa mudança? Não existe, né? Quais garantias existem de manutenção das equipes e dos serviços? Como será assegurada a continuidade do cuidado em um território tão sensível? E, principalmente: por que esse processo não foi conduzido com a devida transparência e participação dos trabalhadores e do Conselho Municipal de Saúde?

Transparência não é opcional na gestão pública, é princípio. E sem transparência o que se fragiliza não é só a gestão, é o próprio SUS. E deixamos uma posição clara: não aceitaremos mudanças nessa natureza que resultem em retrocesso na assistência e na precarização do trabalho ou na desorganização do cuidado.

Aí eu queria falar só uma coisa que aconteceu hoje. É rapidinho. É que isso aí é bem interessante.

Hoje, eu participei da reunião do Conselho Gestor da minha unidade. E a gerente estava falando dos dados da unidade, que é uma OS do Santa Marcelina, que ela administra lá. A meta era de 500 consultas, e eles atingiram 700 consultas. Ok. Aí eu falei assim: “Caramba, que curioso. Você atingiu as metas. Legal. Mas melhorou o índice de saúde da sua região?” Ela foi categórica. Falou “Não”. E ela ficou pensando.

Então esse modelo não funciona por conta disso. É o que o professor falou, das comparações do SUS com o particular. E isso é muito evidente.

E principalmente na saúde mental: é consulta, consulta, consulta, mas não é nada resolutivo, entendeu? Esse modelo falido não funciona.

Obrigado, gente. É só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Perfeito. Obrigada pela presença do

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 42 DE 64

Sindicato dos Farmacêuticos.

Agora é a companheira Claudia. E, logo depois, o Guilherme Freitas.

A SRA. CLAUDIA CAMPELO - Boa noite.

Especialmente, eu gostaria de agradecer pela presença de todos no foco pelo respeito à luta por direitos humanos.

Eu gostaria de agradecer à Luana pela oportunidade de fazer uma intervenção nesta audiência pública, porque é muito pertinente a minha participação. E vou ler, para não me atrapalhar nos pensamentos.

“Eu sou ativa na luta antimanicomial. E venho acompanhando uma precarização do tratamento psiquiátrico e psicológico, em específico lá no CAPS Adulto Butantã, onde eu me trato. (*Palmas*) E não estão, na verdade, mais contratando profissionais, para forçar uma terceirização, o que vai prejudicar o nosso tratamento, pois quem trata da mente precisa de um tratamento contínuo com os profissionais. E a terceirização induz à rotatividade.

Dito isso, eu comecei a participar da supervisão técnica de saúde do Butantã, onde pude observar que, independentemente das coordenações, em sua maioria da OS, todas as demandas, como falta de profissionais especialistas, equipamentos, ficam estagnados. E esse ato anula o controle social, a investigação e o interesse público.

Vale lembrar que, pela Lei Orgânica do Município de São Paulo, a funcionalidade do Conselho Participativo em conjunto com a fiscalização das lideranças de Vereadores não funciona, porque existe um Conselho de Representantes que foi aprovado há 36 anos, e até hoje não foi regulamentada essa lei. E é por isso que nada nunca muda.

Então, o que está acontecendo? Precisamos urgentemente que essa lei seja regulamentada, porque, sem a fiscalização e a representatividade, palavras são jogadas ao vento em audiência pública. E é anulada a prática democrática, a soberania da participação social, o que traz a falta de transparência e controle social em cima das ações e decisões do município. E sem a voz ativa de quem sente na pele o drama que é não ser atendido nas demandas, nunca vai haver ordem e progresso no nosso valoroso orçamento do dinheiro público.

Chega de privatização. Não somos números, somos pessoas, somos seres vivos, temos alma. E a nossa alma não é pequena. Saúde não é mercadoria.”

Conto com a presença de todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira.

Valeu, Claudia.

Agora é o Guilherme Freitas. Depois é a Dora Lima, conselheira de saúde da UBS Humaitá.

O SR. GUILHERME FREITAS – Boa noite a todos.

Boa noite, Vereadora. Boa noite a todos que compõem a Mesa.

Eu vou ser muito breve na minha fala, porque depois que nós recebemos esse ataque da gestão pública, que está acontecendo com a CRS Centro... porque isso aqui não é um decreto, gente; na minha opinião, isso é um ataque. É um ataque terrível a todos que lutaram para que isso acontecesse nessa região.

A primeira coisa que eu fiz foi receber as demandas dos nossos queridos servidores da Coordenadoria, que estão aqui hoje em peso, comparecendo, representando o seu trabalho.

Eu me sentei com esses servidores, conversei e os ouvi. Eles me trouxeram “n” situações, “n” coisas, que hoje entendemos por que isso está acontecendo, porque esses servidores estão lá dentro, vendo o que a Organização Social estava fazendo na sua gestão pouco transparente, que a Prefeitura não tem condição de fiscalizar.

A Prefeitura não tem braço para isso. A Prefeitura também não quer fiscalizar, ela não faz questão nenhuma. Deixou a situação terrível, como ela se encontra. E esses servidores, hoje, e não só esses que estão aqui, mas todos que estão dentro da Coordenadoria, estão sendo tratados como um nada, justamente para que isso seja completamente abafado.

Eu sou uma pessoa que me somo à minha companheira Vilma e sou assessor do Vereador Professor Toninho Vespoli também. Muita gente aqui sabe da atuação do Vereador junto com a nossa Vereadora, no compromisso com a saúde pública – um SUS acessível e de qualidade. E desde quando eu milito pela saúde...

Eu tenho 33 anos hoje, mas estou nessa militância, com a minha família – com o meu pai, desde pequeno, que também é servidor público, e, inclusive, trabalha na Coordenadoria –, e nunca vi uma gestão pública como essa para atacar o servidor público e atacar a população como ataca. Essa gestão do atual Prefeito que está aí, e que, inclusive, na Coordenadoria, que existem diversas coisas que vão acontecendo...

Dentro da Coordenadoria, a ex-coordenadora que está agora com cargo público dentro da Secretaria foi afastada diretamente. Eu não vou citar o nome dela, porque ninguém precisa saber, mas a Paulete foi afastada de lá, foi para a Coordenadoria e está trabalhando lá na Secretaria com cargo comissionado. E agora os servidores estão sendo esquecidos. Eles foram escanteados de todas as formas, sofrendo diversos assédios, e são servidores competentíssimos, porque quando essa Coordenadoria foi montada, ela contou com servidores selecionados que entendiam essa região, que sabem as necessidades dessa região central – que enfrenta problemas com drogas, como a cracolândia; tem uma população flutuante gigantesca, não preciso nem falar; e uma grande quantidade de imigrantes atendidos aqui também.

O nosso mandato está na luta para isso. E precisamos continuar lutando pela nossa Coordenadoria. O direito é nosso.

Eu nunca vi isso acontecer, inclusive: o desmonte de uma coordenadoria. E me estarrece tanto quanto a Vereadora está estarrecida também.

E continuamos contando com esta audiência pública, com essas ferramentas e com os nossos mandatos progressistas, para manter a Coordenadoria ativa. E a Coordenadoria do Centro fica e vai continuar, com a nossa força e a nossa luta. (Palmas) Estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Guilherme. Valeu, meu querido.

Pessoal, agora é a Dora Lima, conselheira de saúde da UBS Humaitá.

A SRA. DORA LIMA – Boa noite a todos e a todas. Na pessoa da Vereadora Luana, cumprimento toda a Mesa, todos os Vereadores. Cumprimento também toda a população que, a esta hora, está aqui, seja presencial ou *on-line*. Todo o poder emana do povo; sem a gente, não

há Prefeito, não há Vereadores. Então, vamos estar atentos a essa parte. (Palmas)

Sou Dora Lima, estou Conselheira de Saúde, há quatro anos, na UBS Humaitá e na Supervisão Técnica da Sé. Moro há mais de 50 anos na região central, no mesmo lugar, portanto, conheço muito bem a minha região.

Quero dizer a vocês que são 470 mil moradores, fora os passantes. E aí eu me sinto até um pouco incapaz, porque fui eleita pelo voto direto para representar essa população e hoje a gente não tem um décimo dessa população aqui para decidir. Eu não posso decidir em nome de 470 mil moradores, mas eu quero dizer aos senhores e senhoras, que estão me ouvindo, que a gestão da saúde está na UTI, não é agora. Isso só é reflexo dela. Está há mais de 15 anos na privatização, só uma OS trabalhou aqui que foi o Sírio-Libanês. A AFNE é continuação do IABAS.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. DORA LIMA – É, exato. Eu digo na região central.

Agora, meus queridos e queridas, a gente tem um Poder Legislativo para fiscalizar o Executivo. Então, se a gente tivesse uma fiscalização da Câmara Municipal e do Tribunal, que faz de conta, este Prefeito, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ele já não existia. Eu nem chamo aqui o Secretário da Saúde, porque ele é cargo de confiança e passa, responsável é o Prefeito Nunes. A gestão está na UTI e eu deixo já o encaminhamento da população.

Eu fiz uma pesquisa rápida, a população nem conhece o que é Coordenadoria Administrativa, mas a população sabe que está, há cinco meses, na fila de espera para ser atendida, para fazer exames. Eu digo a vocês, tenho 71 anos, sou paciente de risco e estou aqui representando as minhas companheiras que estão na fila de espera, há cinco meses, esperando mamografia, ultrassom. É isso o que a população quer. Eu deixo aqui o encaminhamento e já encerro.

Vereadora, aqui representando, posso dizer, toda a Câmara, os laboratórios não estão sendo pagos. O laboratório de saúde bucal está há seis meses sem pagamento. Todos os laboratórios, de sangue e tudo mais. Três laboratórios passaram por falta de pagamento, com bilhões de orçamento. Então, minhas queridas e queridos, não é o Secretário da Saúde e sim a

gestão.

Então encaminho dizendo, vamos ter administração direta, contratar os nossos funcionários e chamar os fiscais, de fato. Câmara Municipal, que deve fiscalizar o Executivo, e Tribunal de Contas, vamos marcar uma audiência com a população.

Muito obrigada, muita paz a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Dora. Obrigada, companheira.

Agora é o Sérgio Nicoletti, Conselheiro Gestor da STS Santa Cecília.

O SR. SÉRGIO JOSÉ NICOLETTI – Olá. Boa noite a todos e todas, que estão aqui, até este momento nos assistindo. Boa noite e muito obrigado, Vereadora Luana e Vereador Nabil, por nos ter dado a oportunidade de trazer as nossas vozes lá dos territórios, para que vocês saibam o que de fato está acontecendo lá. Infelizmente, não dá para a gente descrever isso com muita propriedade, por isso mesmo eu nem vou tocar na situação atual, vou direto para as minhas propostas.

Meu nome é Sérgio Nicoletti. Eu sou médico aposentado, Conselheiro Gestor da STS Santa Cecília e da UBS do Complexo Santa Cecília.

Como proposta, a primeira coisa que eu trago é que tornar sem efeito essas decisões do Secretário da Saúde e do Prefeito me parece que é uma das coisas óbvias e que somente o Poder Legislativo pode fazer.

O segundo ponto é regulamentar as ações dos conselhos gestores locais, para que eles possam auxiliar este Legislativo. (Palmas) Como a minha antecessora disse, o Poder que naturalmente fiscaliza o Executivo é o Poder Legislativo. E nós, que estamos lá nos territórios, sabemos que a gente tem um poder, mas ele não está regulamentado, portanto, não é exercido. Então, o nosso poder só está na letra da lei. Ninguém nos reconhece como agentes públicos que têm capacidade e têm o poder de executar algumas coisas, como, por exemplo, fazer essas fiscalizações. Se a gente estivesse fazendo isso, com o apoio do Legislativo, lá no território, não sei se isso não aconteceria, mas seguramente teria menos chances de acontecer e o resultado disso seria que a população não seria tão atingida como atualmente ela é.

E eu chamo e alerto o Legislativo para duas unidades básicas de saúde lá do nosso território, Bom Retiro e Boraceia, que estão vivendo numa situação calamitosa, principalmente o Bom Retiro, que já sofreu dois incêndios. Eu estive lá e dá medo de subir de elevador. É um elevador de carga, não é de gente. E para descer do andar superior, tem uma escadinha em caracol que eu fiquei com medo. A gente tem que descer meio de costas para não correr risco de cair naqueles degraus.

Esse é o segundo ponto. E o terceiro, que eu gostaria de encaminhar, é de fazer constar nos futuros contratos das OSs o artigo 2º, da Lei Orgânica do Município, porque ele trata do poder que nós poderíamos exercer lá no território. Ele trata de todas as obrigações do Poder Executivo que ele não exerce. Nós poderíamos, de uma maneira mais fácil, poder denunciar essas coisas e obter resultados melhores.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sérgio, são fundamentais as suas contribuições.

Agora, Severino Melo, Conselheiro Gestor da STS Santana e depois o André Luzzi, pessoal.

O SR. SEVERINO MELO – Pessoal, boa noite. Boa noite aos companheiros. Boa noite a todos. Eu sou de Santana, da Norte, mas não tenho culpa não. Está bom, gente? (Risos) Eu não tenho culpa de nada, não foi eu. Não foi eu, juro que não foi eu. (Palmas) Eu devo ter pisado, não sou eu que está fedendo não. Eu sou oriundo do Centro, na verdade, eu estou lá na Norte já tem uns 25 anos, mas eu sou daqui. Nós estamos aqui no movimento de moradia, cresci no pé do Gegê. Eu fui do SAE Campos Elíseos, durante alguns anos, depois eu me transferi para a Norte.

Então assim, a gente tem essas dificuldades de chegar até a gestão. A gestão não quer saber, é isso que acontece. A gestão não quer saber, ela não quer nos escutar. Nós estivemos lá na Coordenadoria, não foi isso? Estivemos lá para conversar com a coordenadora, quem nos recebeu foi a Dra. Marília e, de lá para cá, sequer nos deu uma satisfação. A Norte

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 48 DE 64

tem tantos problemas quanto qualquer outra coordenadoria e até piores. Nós vemos nessa coordenadora uma péssima, uma péssima... A Coordenadoria está jogada às traças.

Nós vínhamos discutindo e tentando levar esses problemas dia a dia, tentando discutir e aí, eu e o Antônio, somos pessoas malquistas dentro da nossa região. Nós somos malvistas lá. Eu fui impedido sequer de participar, uma vez, do meu conselho. Disseram que eu não era morador da região. Eu, 25 anos, paciente do SAE, disseram, só uso o serviço, mas eu não posso, para vocês verem como a gente acaba incomodando. É difícil, nós fomos lá, cinco unidades da direta, cinco unidades, e essas cinco unidades vêm sofrendo assédio diariamente. Nós temos uma unidade, a qual eu pertenço, oito meses sem ginecologista e querem cobrar metas, olha só como é o assédio que nós sofremos, querem cobrar metas de uma unidade, e são oito meses sem ginecologistas, sem atender a população.

Então, isso é o que significa a Coordenadoria Norte, os desmandos. O Caminho de Damasco, nós também não queremos, vocês querem? (Risos) Nós estamos dando de presente, nós também não queremos. Nós levamos, através da Antônia e da companheira Iara, levamos os documentos, os chamamentos e nós dissemos: não, nós não queremos. Aliás, acho que deve ter um sapo enterrado na zona Norte, principalmente em Santana.

Nós já tivemos o IABAS, deu um trabalho para sair, e olha só o que a IABAS recebeu depois de ter saído da nossa região: o Hospital da Brasilândia. Então, é isso que se ganha por você prestar um mau serviço dentro da cidade, o IABAS foi presenteado, ficou no Hospital da Brasilândia, saiu, não pagou os funcionários, e aí a Prefeitura está, até hoje, pagando. A Secretaria tem que pagar os funcionários, eu acho corretíssimo, tem que pagar os funcionários, eles não têm nada a ver com isso. Só que, olha só, o Caminho de Damasco, péssimo serviço, péssimo serviço, transparência zero, zero, zero, olha só o que eles estão querendo, presenteá-lo.

Eu não confio em nenhuma das OSs, eu não quero OS. Minha família, vou dizer, minha família é do funcionalismo público, eu não sou, eu não sei se eu dei sorte, mas a minha família é toda de funcionalismo público. Então, é horrível quando você tem que lutar contra

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 49 DE 64

funcionários públicos, que estão na supervisão e na coordenadoria, e demonstrar que o serviço público é a única saída. E aí você é malvisto pelos próprios pares, então é horrível. E como é que acontece isso? Os pares, os funcionários públicos, boicotam, nos boicotam. Nós fomos lá, chegamos lá: “Não, ela não está”. Não foi isso que foi dito? (Pausa) Nem sequer fez uma ata, nada, ela estava por lá, ela estava por lá... Aí, quer dizer, nós somos boicotados pelos próprios..., e a gente tem que explicar para ele que isso, mais tarde, vai atingir a ele. É que nem aquela história, foram lá, me mataram e não tinha ninguém para nos defender, é o que acontece. Então, é horrível.

Nós, na Norte, também estamos sofrendo, também não queremos a descentralização, nós não queremos isso. Fora as OSs! Vamos chamar concurso, vamos chamar o pessoal, vamos dar emprego para quem sabe o que é saúde, ninguém está ali para ganhar dinheiro.

Está bom, gente?

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito, obrigada, Severino.

Agora é o André Luzzi, sanitarista e Conselheiro de Segurança Alimentar.

Depois é o Antonio Fernando.

O SR. ANDRÉ LUZZI - Olá, muito boa noite cidadania, povo de luta. Antes eu era sanitarista pela luta, agora sou sanitarista pelo decreto que regulamenta a Lei do Sanitarista, que é uma grande conquista para quem vive a luta pelo direito à saúde. Acho que têm alguns componentes - pensando agora um pouco nos elementos dos encaminhamentos – e um deles seria fazer uma ação judicial o mais rápido possível, para sustar os efeitos do decreto. Essa petição, esse pedido à justiça pode ser muito mais rápido do que tramitar aqui na Casa, frente a tantas oposições que acontecem entre os partidos e polarizações. O melhor, talvez, seria que fossemos imediatamente para uma ação judicial.

Depois, uma segunda proposta é criarmos, talvez, um projeto de lei, que susta esse decreto ou um projeto de lei, que cria a coordenação, a Coordenadoria do Centro, para

valorizarmos a perspectiva que está na Lei Orgânica do Município, da desconcentração. Falamos muito da descentralização dos serviços, mas precisamos focar neste debate sobre a desconcentração para assegurarmos também adequados recursos para gerir todas essas políticas e serviços de que nós falamos.

Depois, um componente que é muitas vezes invisibilizado, são os diferentes programas que não estão materializados no edifício em saúde: o programa de alimentação e nutrição; o programa de saúde de ambientes verdes e saudáveis, que é fundamental neste momento de mudança climática, a sindemia que nós estamos vivendo.

Nós temos também a questão fundamental de violência contra as mulheres, as políticas contra álcool e outras drogas. Todas elas são muito complexas, têm muitas nuances, mas medidas como essas são as que mais impactam, são programas que não estão materializados como a entrega de viaturas e ambulâncias, não estão nos equipamentos físicos.

Então, talvez pudéssemos colecionar informações de como tem sido impactada uma decisão como essa sobre o PAVS e sobre o PNAN - Programa de Alimentação e Nutrição, e com isso conseguirmos dar maior materialidade às nossas reivindicações.

Quanto à CPI, entendo que é um tema bem mais amplo, que vai também demorar bastante tempo para percorrer a Casa.

E sobre esse tema específico da região central, nós podíamos propor uma Comissão Popular de Investigação, porque podemos colecionar todas essas informações num documento robusto, numa espécie de dossiê, de um elemento que tenha muitas condições de provar ao Judiciário todas essas ingerências que a Administração nos coloca; e as sistemáticas violações da Lei Orgânica do Município, especialmente dos art. 212 ao 217, com relação ao direito à saúde.

Para finalizar, devemos fazer também pedidos para comparecimento do Tribunal de Contas do Município, porque eles são muito enfáticos em dizer no Observatório de Políticas Sociais do TCM, que é muito difícil fazer uma análise regionalizada do orçamento.

Então, nós temos que aproveitar esta ocasião e cobrar que os investimentos aplicados na região central sejam coerentes e adequados à realidade do território.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro. É fundamental você ter lembrado dos programas.

Agora é o Antonio Fernando. Depois, é o Gabriel Medeiros.

Pessoal, sei que está ficando tarde, mas eu peço a todos os companheiros que, se puderem, sigam com a gente, temos poucas falas restantes.

O SR. ANTONIO FERNANDO - Primeiramente, assim, querendo ou não, é um evento muito interessante para estarmos, mas infelizmente a pessoa que é omissa sobre isso não está presente, que é o Secretário. Mas nós estamos aqui, a força somos nós, querendo ou não, a força somos nós.

Assim, eu fico assim pensando, infelizmente, gente, vivemos em um governo ditador. E para completar o governo ditador, é o único município do Brasil, se não me engano, em que o próprio secretário é Presidente do Conselho. Acho que não é o único, mas isso favorece. E quando falo que nós estamos vivendo num governo ditador é assim: faça e não se discute.

O Secretário de Saúde, com a política do governo, do Prefeito que está aí, não está preocupado com a Atenção Básica, não está preocupado com a saúde da população, está preocupado em favorecer as OSs, dar dinheiro para as OSs para favorecer a sua campanha eleitoral.

Então, eu acho assim, nós, enquanto população, temos que nos fortalecer bastante, darmos as mãos nessa luta. Também não posso esquecer o principal de tudo isso, que é a Câmara de Vereadores, gente. Como é que está a Câmara de Vereadores? Estou vendo a companheira aí, mas têm mais Vereadores da trincheira da Esquerda que deveriam estar presentes nesta luta. Como é que fica isso? Eu me sinto triste, vejo a companheira, outros companheiros, mas cadê o restante dos Vereadores? Era para todo mundo estar aqui.

Eu não sei o que temos que fazer, isso é um meio de sobrevivência do SUS, o que nós estamos vivendo é um meio de sobrevivência do SUS, temos que mexer muito com a Câmara dos Vereadores, isso é papel dos vereadores. Se fosse no Estado seria da Assembleia

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 52 DE 64

Legislativa, mas aqui é dos Vereadores. Os Vereadores, têm muitos que estão na casinha, não é gente? Não estou falando demais... querendo ou não, não estou falando demais: os Vereadores têm que se mexer. Cadê a Comissão de Saúde da Câmara? Ninguém nem fala, ou não existe? O que esse pessoal está fazendo?

A Comissão de Saúde da Câmara é para ir às bases, saber como é que está esse serviço na base. Na Secretaria não existe interesse em fazer fiscalização nas OSs, estão colocando as OSs lá para não serem fiscalizadas.

Então, assim, o papel dos Vereadores é fiscalizar o trabalho do Executivo, do Prefeito, mas está todo mundo assim, estão aparentemente omissas algumas pessoas, alguns Vereadores estão omissos nessa situação. A Comissão de Saúde da Câmara, o que faz essa Comissão de Saúde? Nada, e nada vezes nada, é nada. Eu acho assim: o pessoal tem que se unir e cobrar dos vereadores, cobrança e muitas cobranças dos vereadores. A trincheira da Esquerda... O SUS surgiu pelas lutas da trincheira da Esquerda, toda a esquerda envolvida na luta do SUS. Então esses vereadores que estão aí têm que dar as caras para nos ajudar e muito. Então essa é a minha fala: lutar, lutar e cobrar dos vereadores.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Antonio.

Pessoal, agora é o companheiro Gabriel Medeiros, que é da regional do PSOL do Centro, suplente de vereador. E, depois, o Gegê, do Movimento Popular de Saúde Centro.

O SR. GABRIEL DE MEDEIROS JACQUES - Boa noite, companheiros.

Cumprimento a Mesa, todo mundo que está presente, e agradeço ao Marco pelo convite para este ato.

A gente participou de várias ações juntos, principalmente pela questão de um hospital aqui no Centro, entendendo que não é só para a população do Centro, mas é para a cidade inteira, por ser um ponto que é acessível de transporte público e para as diversas pessoas que, no dia a dia, vêm de várias regiões da cidade, trabalham aqui e precisam ter também acessibilidade dessa demanda.

Uma outra coisa importante é a gente lembrar – lamentar, na verdade -, eu frequento várias audiências públicas aqui, até exercendo o papel de militante, e eu raramente vejo algum representante do Executivo aqui. A gestão do Ricardo Nunes não tem coragem de olhar para o povo.

Mas a gente vai ver daqui a uns meses, quando chegar mais perto do período eleitoral, um monte de político falar que se importa com a saúde pública, que ama os animais, que vai resolver o problema da segurança pública.

Mas, cadê esses mesmos políticos lutando para valorizar os trabalhadores que - desculpa a expressão - estão se f*d**d* para fazer o que podem para atender a população, enquanto vivem os desmandos de quem está ali no andar de cima. É um grande de um absurdo.

E o que me parece, Vereadora, é que a gestão do Ricardo Nunes aqui em São Paulo enxerga nossa cidade como um balcão de negócios. Os parques não são para o trabalhador ter um lazer no final de semana, passear com o cachorro; é para privatizar. E tudo que a gente vê nessa gestão tem denúncia, tem acusação de escândalo. A gente tem denúncia na saúde, a gente tem denúncia na gestão do Carnaval, a gente tem denúncia nas habitações sociais. Nada na cidade funciona sem escândalo. Na educação...

Saúde não é mercadoria e São Paulo não está à venda. É uma pena que o Ricardo Nunes não esteja aqui para ouvir isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Gabriel. Valeu, companheiro.

Agora é o Gegê, do Movimento Popular de Saúde Centro.

E o penúltimo inscrito é o companheiro Raí, conselheiro da UPA Vergueiro.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA (Gegê) - (Cantando) - “Deus me fez um cara chato, desdentado e feio, pele e osso simplesmente, quase sem recheio. Mas se alguém acha engraçado e bota a mãe no meio, eu dou pernada a três por quatro, mas já estou de saco cheio.”
(Palmas)

Olha, pessoal, o problema é que vocês estudaram para quê? Vocês erram no português. Nós não temos - viu, Jorge? -, nós não temos Secretário de Saúde aqui em São

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 54 DE 64

Paulo, não. Nós temos um jagunço contratado para matar gente. É um jagunço. Lá em Catolé do Rocha, gente desse tipo é chamado jagunço, não secretário de saúde.

O Prefeito é um escroto, é um escroto, b*s*a, que não cumpre o seu dever enquanto político. (Palmas) Esse é o problema. Nós estudamos português, nós vemos... Porque eu não fui para a escola, fugi da escola. Vocês que estudaram fica dizendo coisas que não é verdade. Se esse m*rd* desse Prefeito que o povo elegeu nos ouvisse um segundo, com certeza a gente ia ter mudanças.

Mas para se ter mudança é preciso ter luta, e por isso eu vou fazer uma proposta aqui. Que a gente faça um acampamento na porta da Secretaria de Saúde, onde se tenha 200 barracos. Aí vocês vão ver que nós vamos ser escutados. O jagunço vai aparecer e vai dizer assim: “Não, isso é coisa do Prefeito”. E aí nós tiramos, levantamos o acampamento da porta da casa do jagunço e vamos para a porta do contratante de jagunço, que é o Prefeito.

É preciso fazer luta de classes. É preciso fazer luta de classes. (Palmas) Não é a gente ficar enrolando a nós mesmos, porque, se nós estamos enrolando, é porque nós estamos gostando.

E aí eu quero dizer para vocês o seguinte: eu uso aqui o AMA Sé. É um dos piores lugares possíveis para se falar de saúde, é o pior lugar, porque tem dia... Eu fui agredido fisicamente por um guarda, um segurança, aqui no AMA Sé. Fui agredido fisicamente. Ele me deu uma mãozada no peito e o outro me deu uma rasteira e eu caí de costas. E tentei denunciar, perguntei: “Onde é que está a assistente social, que eu quero pegar uma ficha para fazer denúncia?”, “Ah, ela não veio hoje.”

Pois é. Então, companheiros, eu encerro dizendo o seguinte: ou fazemos luta ou nós vamos ser triturados.

Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Gegê. Eu peço que ao final você nos passe mais detalhes da agressão que você sofreu, por favor. É bem grave isso.

Pessoal, agora o Rai, conselheiro da UPA Vergueiro.

Depois, Maria Bethânia, usuária do CAPS Itapeva.

O SR. RAI ALVARES EUFRÁSIO - Boa noite. Eu sou conselheira da UPA Vergueiro e da Supervisão Técnica de Saúde da Sé. E eu venho trazer um contexto da UPA, porque acho que a gente costuma falar que a UPA é uma bomba-relógio.

A UPA está num contexto em que houve alguns fechamentos de outras unidades, como o Hospital Bela Vista, o CAISM, se não me engano, Vila Mariana, o que faz com que a UPA esteja em sobrecarga. Além da sobrecarga por causa do fechamento das unidades, a gente enfrenta uma péssima gestão da Unidade.

E essa gestão, essa mesma gestão que é péssima, também impõe sobre os trabalhadores um violento assédio moral, que chega a nós através de denúncia dos próprios trabalhadores. Esse assédio moral faz inclusive com que os funcionários saiam, tipo peguem atestado, enfim, por questões de saúde mesmo, o que faz com que a escala fique ainda mais prejudicada e sobrecarregando quem está de fato trabalhando na Unidade.

Os médicos da UPA são contratados por uma quarteirizada e, nesse contrato dos médicos, eles aceitam ser pagos com 90 dias de atraso. Noventa dias retroativo? Não. Você trabalhou em janeiro, você vai receber três meses depois. O de fevereiro, três meses depois de fevereiro. Isso faz com que quem aceite o contrato sejam médicos recém-formados e com pouquíssima qualificação.

Isso a gente não pode dizer que tem relação causal, mas, nesse contexto, em dezembro, o número de mortes na UPA Vergueiro dobrou em relação à média anual. Aí vocês podem perguntar, como a gente perguntou: será que não foi por causa de um aumento do número de atendimentos geral? Não, o número de atendimentos total foi o mesmo, no entanto, a taxa de mortalidade dobrou em dezembro.

Eu também estou na Supervisão Técnica da Sé, quando ela existia. Nessa Supervisão a gente montou uma comissão de chamamento das OSs. Essa comissão estava discutindo o contrato da AFNE e a gente estava propondo algumas mudanças estruturais para ampliar, por exemplo, o controle social. Uma das nossas propostas era justamente a criação...

Nos conselhos gestores das unidades a gente lida com os indicadores de funcionamento: tempo de espera, ocupação de leitos, número de mortes. Esses indicadores são muito informativos, eles precisam ser muito informativos. Eles não são, hoje. A gente tem propostas de melhoria dos indicadores e a gente também tinha a proposta da criação de um portal da transparência com esses indicadores, para que não só os conselheiros tivessem acesso a essas informações, mas para que a sociedade como um todo pudesse ter acesso.

Enfim, só queria registrar isso aqui. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada. É fundamental que você traz, Rai.

Pessoal, agora a companheira Maria Betânia, usuária do CAPS Itapeva. E, por último, o Tarcísio, do Movimento de Saúde Centro.

A SRA. MARIA BETÂNIA - Boa noite. Eu sou Maria Betânia, sou usuária do CAPS Itapeva. Eu, assim, gostaria mais era de fazer um relato, não é? Porque, assim, em novembro de 2025, nós estávamos sob a coordenação não, a gestão da SPDM. Nós ficamos sob a gestão da SPDM por 16 anos. E, em novembro de 2025, ficamos sabendo através do *Diário Oficial* que a AFNE ia assumir o CAPS Itapeva. E isso se deu de uma forma totalmente com falta de transparência, ninguém nos avisou de nada nem participou de nenhuma assembleia. E, assim, como a gente vinha mesmo de uma administração direta, a gente não tinha Conselho Gestor, nada disso. Então, a gente nem sabe ainda como é que funciona direito.

Então, quando veio tudo isso, ainda estava em vigência... A Coordenadoria nos apoiou, a Coordenadoria Sé. O movimento popular também nos auxiliou e está auxiliando até agora, justamente nessa organização para o Conselho Gestor.

Mas, assim, agora a gente foi de novo... Que o Caminho de Damasco vai tomar conta de lá.

Então, assim, três meses e houve, inclusive, nisso tudo, suicídio, teve várias internações. Foi muito difícil. Está sendo muito difícil esse processo e agora vamos viver tudo de novo. Não é levado em conta o paciente lá na ponta. A gente não fala nem do trabalhador, é do paciente lá na ponta. Quer dizer, os dois estão na ponta, mas o paciente está mais relaxado

ainda. Por quê? Porque é isso que vocês falaram, a comida vai diminuindo, a qualidade vai diminuindo, já tiraram o café e aí já vai uma coisa, já vem outra.

Então, assim, hoje eu estou com médico, eu não sei se daqui a um mês eu vou estar com o mesmo. Eu acabei de trocar de referência, agora eu vou ter que fazer outra referência. Como é que fica minha cabeça? Eu saí de um surto agora faz pouco tempo. Justamente por causa desse processo que eu entrei em surto.

Então, é muito complicado. E é isso que a gente questiona, não é? Por que é que a Secretaria de repente não viu nada disso? Se tinha corrupção na AFNE, eles não viram isso, em novembro? (Palmas)

E aí fica a minha pergunta - e eu acho que de vários usuários também - para quem a Secretaria está trabalhando? É para o SUS? É para OS? É para a violência? Eu não sei. Porque, assim, a situação no centro de São Paulo está horrível. Várias internações involuntárias, a violência crescendo cada dia no complexo. Eu faço parte também do Fórum da Rede Centro, inclusive, a Nanda estava aqui, mas ela teve que sair mais cedo. A gente está tendo várias denúncias no Fórum Centro, sabe? Um desmonte geral da saúde, do social. Cada dia fechando equipamentos que servem 600 alimentações por dia. Eles vão lá e fecham. Violência em cima de violência, internação em cima de internação. Está muito complicado, está muito complicado.

Desculpa, foi um desabafo, mas é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Maria Bethânia. É fundamental, essa farra de OS impacta muito mais nos CAPS.

Para finalizar, agora, o companheiro Tarcísio.

A gente vai encaminhar aqui, porque a gente vai seguir essa luta.

O SR. TARCÍSIO – Eu sou o Tarcísio e não fascista. Tinha um companheiro, também Tarcísio, que estava aqui presente hoje, não fascista também.

Eu fui da campanha contra a fome, o Betinho tinha uma frase que dizia o seguinte: “Na solidariedade, a gente não agradece, a gente se alegra”. Então, eu queria falar da minha alegria de estar fazendo essa audiência pública com todos nós.

Queria colocar algumas coisas. Eu tinha dito que eu não ia falar, mas aí eu não aguentei. Eu acho que a gente tem que precisar umas coisas que a gente tem que entrar na justiça para ontem. Acho que a ideia do André é perfeita.

A Caminho de Damasco, ela foi escolhida pelo Secretário tem motivo, porque a Caminho de Damasco e a AFNE são as duas únicas OSs na cidade de São Paulo que não precisam fazer novo chamamento. Vencem os primeiros cinco anos em novembro desse ano. Então não precisa. Se conseguir manter... Essa foi a jogada de ter colocado a Caminho de Damasco. Porque, se conseguir se manter, em novembro só prorroga e acabou. Não precisa de novo chamamento, que foi o acordo naquela audiência que a gente fez junto lá na Câmara. O Zé Marques se comprometeu que todas as renovações vão passar pelos Conselhos de Supervisão. Mas, ele não quer, não é? Nós temos que fazer cumprir também isso.

Eu quero dizer uma coisa que a gente tem que pensar, porque isso é crime, é crime contra a saúde pública. O Hospital Bela Vista não precisaria, não deveria ter sido fechado. Por quê? O Ministério Público do Patrimônio... A Flavinha até me levou um dia na reunião com o Silvio e a gente ficou sabendo que teve uma TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, em novembro de 2023, entre a Prefeitura, a Uninove e o Ministério Público, que não era o da Saúde, era o do Patrimônio, em que a Secretaria mudou para lá, o Conselho Municipal de Saúde está lá e – pasmem, senhores – o Hospital Lydia Storópoli, que serviu na covid e estava fechado, está disponível desde novembro de 2023.

O terceiro laudo da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, que é quem fiscaliza hospital... A gente culturalmente fala que depois do terceiro laudo, fecha mesmo. Culturalmente a gente fala sempre. Chegou o terceiro laudo em maio, a gente tem... Não está aqui, está aqui a Neusa, que é do Conselho do Bela Vista. Em maio de 2024, chegou... Estou no segundo ponto, eu vou falar cinco coisas. Em maio de 2024, chegou o terceiro laudo. Qual era a obrigação de quem pensa saúde pública no município? Eu tenho que fechar esse hospital, mas tem um hospital ali para abrir, que é só colocar. Peço tempo, um prazo e consigo. Então, não precisava. Isso é crime. Nós temos que processar o Prefeito e o Secretário, porque eles cometeram crime

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 59 DE 64

contra a saúde do município de São Paulo. Há um ano e meio está morrendo gente, como falou o Rai.

Terceira coisa: o Tribunal de Contas do Município propôs para que a Secretaria faça um estudo para ver se a melhor forma de gestão da saúde pública é através de OS. Por que o Tribunal de Contas fez isso? Pelo grau de denúncia de absurdo que tem na cidade.

Aqui no centro nós tivemos duas reuniões na transição com a Gisele, que diziam que era coordenadora, que veio para substituir a Paulete, mas, na verdade, ela é interventora, que veio para fechar o centro. E ela, nas duas vezes, falou que a Comissão de Transição, nomeada por uma portaria do Secretário, é ilegal porque só tem gestores. E, assim, os gestores que tinham que fiscalizar as OSs. E eles vieram falar para nós aqui no centro, nas duas supervisões, tanto na Sé quanto na Santa Cecília, que não, que eles não estão aqui para cuidar da transição. Eles estão aqui para cuidar da transição entre uma OS e outra. Serviço público, problema deles. Funcionamento, assistência não é conosco. Essa Comissão não vai pensar nisso. Então, completamente ilegal.

Por último, o Gegê propôs o acampamento. Hoje é a segunda vez que eu ouço falar em acampamento. Eu estava no GT lá no CAPS Itapeva e o pessoal está propondo exatamente isso. Como eles sofreram um processo de destituição na municipalização – o CAPS Itapeva até dezembro era do estado e em dezembro passou a ser do município – teve, pelo menos, duas mortes, uma completamente por conta de a pessoa surtar por se sentir desassistido e outra também próximo disso. Mas tem cinco, seis mortes e o caos lá ficou estabelecido por um bom tempo. Aí os próprios usuários hoje foram lá na reunião - toda semana tem uma assembleia da gestão, dos usuários e tal. Esse é modelo do CAPS. E eles estão propondo: “Não vamos passar por isso de novo. Vamos acampar aqui e dizer que nós queremos que mantenha, não interessa se roubou ou se não roubou”.

Então, assim, acho que nós temos um bom caminho, acho que é judicializar para ontem e nós vamos acampar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Tarcísio.

Pessoal, eu quero, primeiramente, assim, parabenizar o Movimento Popular de Saúde do Centro, que construiu esta audiência, com o mandato. Quero parabenizar e agradecer, porque não é tranquilo, no meio de uma porrada dessas, conseguirmos nos reunir, sentar e pensar a saída. Assim, a porrada foi de formas diferentes. O trabalhador da direta recebeu um tipo; o da indireta recebeu outro; o conselho gestor recebeu outro.

Eu acho que não se trata de uma escala, mas, assim, de um desrespeito geral ao que é o princípio de um SUS participativo. Assim, esse princípio morreu para a gestão atual – morreu completamente. Alguém falou que é um balcão de negócios. É exatamente isso o que é e está cada vez pior. É um balcão de negócios em que o negociador está cada vez mais abrindo mão até de negociar, assim, porque é um nível que é até difícil de conceber. Eles estão abrindo mão de qualquer tipo de gestão sobre a saúde pública de São Paulo. Estão abrindo mão. Está virando um operador de contrato e olhe lá, Sra. Flávia.

Assim, meta, planejamento e uma programação de saúde que pense médio e longo prazo não existem nessa gestão. Não existem. Cada pedaço da cidade, a depender dessa OS, vai fazer o que quiser. Os interesses, assim, locais e particulares vão se sobrepor ao interesse geral e as pessoas que lidem com isso. É isso o que está acontecendo.

Então, a nossa força vai depender muito – é óbvio – da nossa capacidade de articulação. Eu acho que esta audiência mostra isso. São 10h da noite e estamos aqui, com um número razoável de pessoas. Algumas tiveram de ir embora, mas acho que cada um e cada uma representam certo número de companheiros, que são usuários, que são trabalhadores. Temos de chegar às pessoas.

Eu vou propor alguns encaminhamentos. Aí, vocês me ajudam. O ideal seria fazermos uma rodada, mas eu acho que fica muito tarde.

A primeira coisa é que esta audiência obviamente exige a revogação do decreto. Isso é o zero. É importante conseguirmos manifestar isso.

Também exige da Secretaria Municipal de Saúde uma comissão de transição tripartite. Eu acho que esse é um dos pontos mais fundamentais. Essa comissão de transição

tripartite não é nada revolucionário, nem de outro mundo. A questão tripartite é parte da Lei do SUS. Não estamos pedindo nada além do que está, inclusive, enfim, dentro da lei. Não é nada demais.

Há a questão da investigação sobre o fechamento do Hospital da Bela Vista, que foi trazida aqui pelo Sr. Tarcísio e por alguns companheiros, também. O Ministério Público foi acionado naquela época. Eu me comprometo – acho que com outros mandatos populares que estão aqui – a retomar com o promotor responsável esse tema, para vermos em que pé está isso. É importante, porque, como é um ataque atrás do outro, igual a uma metralhadora, vamos às vezes deixando para trás alguns pontos e não podemos fazer isso. Obrigada aos companheiros, por lembrarem esse tema. Eu acho que é muito importante.

Há a questão da CPI das OSs. Esse é um tema que vai e vem, na Câmara. Viu, gente? Existiu uma CPI das OSs, não na Câmara Municipal, mas na Alesp, alguns anos atrás, que foi histórica, assim, que gerou até hoje dados para pensarmos. A situação das OSs em São Paulo gerou dados acadêmicos, dados políticos. Vamos propor, mas eu preciso dizer para vocês que é um sistema de Maioria e Minoridade na Câmara municipal. Até quando Vereadora da Base do Prefeito propôs CPI das OSs, não passou. Assim, já houve Vereadora do partido do Prefeito que propôs CPI das OSs e não passou. O comentário do Líder do Governo foi: “Nossa, Fulana, você é Base ou é Oposição?” Então, eles sabem. Ele falou com todas as letras. Então, eles sabem que é um vespeiro em que não querem mexer, que é um ponto fraco dessa gestão.

A avaliação positiva de que o Sr. Kayano falou, que eu acho que é um dado importante, é complicada, porque, assim, é claro que questionamos o método e tal, mas é evidente que essa avaliação positiva – não é o tema, mas acho importante trazer – vem com cada vez mais uma privatização da saúde, o que gera alguns efeitos. Eu acho que um desses efeitos é uma queda da resolutividade, mas, por outro lado, é o aumento do número de consultas, assim, que acaba sendo, eu acho, uma forma que as pessoas têm de avaliar a qualidade. Diante de uma realidade anterior muito ruim, diante de uma situação de planos de saúde cada vez piores, um número alto de consultas às vezes parece uma coisa muito boa, mas, assim, é algo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 63

REUNIÃO: 21738 DATA: 22/04/2026 FL: 62 DE 64

que não resolve nada. São 12 ou 15 minutos. Assim, é uma coisa terrível, mas, enfim, é isso. Assim, acaba acontecendo isso.

Vamos colocar aqui a CPI das OSs, mas eu acho que o principal é que ela venha atrelada a uma proposta que foi colocada aqui, de uma comissão de investigação popular. Eu acho que isso é importante.

O Sr. Nicoletti tinha uma proposta. Pode falar, Sr. Nicoletti.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está bem. É claro.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É isso. Sr. Nicoletti, então, precisamos neste momento fortalecer o movimento popular de saúde – acho que o senhor é parte disso – para pressionar esta Casa. Esta Casa tem uma maioria de Vereadores ligados ao Prefeito, que têm todo tipo de benesses por ser Base de apoio, como Subprefeitura e gestão de CEU – isso é só o que eu posso falar. Há emendas e há coisa que seria leviano eu dizer ao microfone, mas todo mundo aqui pode imaginar. Há todo tipo de vantagem para fechar os olhos para cumprir o seu papel de Vereador, que é fiscalizar o Executivo.

Eu não vou me deter muito nisso. Os funcionários têm um horário, de 22h. Estamos, inclusive, passando do tempo, mas o mais importante é que essa Base de Vereadores sinta que está tendo problema com essa posição confortável em que eles estão, com essa posição de seguir fechando os olhos, de não cumprir o seu papel, para ter meia dúzia de vantagens, o que pode garantir ali uma base eleitoral, o que pode garantir algum tipo de eleição, mas que, no longo prazo, também vai manchar sua reputação. É importante que todo mundo saiba quem são os Vereadores e Vereadoras que fecham seus olhos.

É por isso que, por mais que eu saiba que é difícil passar essa CPI, eu vou propor e eu peço ajuda para cada um e cada uma, para passar pelos gabinetes de todos os meus Colegas, para ver quem assina e quem não assina. Isso é muito importante. Que pressionem. Isso é parte do encaminhamento, Sr. Nicoletti.

Para finalizar, eu acho que tem de ser o Movimento Popular de Saúde do Centro, com os sindicatos, aquele que vai coordenar a comissão popular de investigação, que vai tocar esse processo, o que eu acho fundamental. Além da comissão popular de investigação, eu vou fazer uma consulta oficial – acho que pode ser assinada por sindicatos, por bastante gente – ao Ministério da Saúde, em relação à situação dos conselhos gestores do Centro, com essa aberração administrativa que foi a extinção dessa coordenadoria regional de saúde.

Por que é que eu acho que tem de envolver o Ministério da Saúde nisso? Porque está violando uma lei federal, que é a Lei do SUS. Então, eu vou fazer uma consulta oficial, para que o Ministério da Saúde se posicione em relação à legitimidade da situação dos conselhos gestores de saúde do Centro, para que consiga dar um suporte institucional e político, em especial, aos conselhos de saúde do Centro. Pode ser?

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO – Pode. Posso fazer uma sugestão?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pode sim, Sra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO – Acho que a gente precisa colocar também como sugestão a construção de uma audiência pública como esta no MP da saúde. Alguém disse que sente o processo lentificado. Eu também entendo que o processo está um pouco lentificado no MP, mas é preciso também fazer a cobrança, porque eles têm a obrigação de se debruçar sobre o que aconteceu aqui, que é extremamente grave, e também de parar um processo que já está acontecendo, que é o desmonte do RH da Coordenadoria Centro. Isso está se efetivando e a gente lidar com o fato dado é muito mais difícil do que a gente tentar conter esse desmonte, essa perda de mão de obra especializada e qualificada na região central, porque depois você não recompõe isso. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É claro. Sugestão: vou pedir uma reunião ampla com o Ministério Público, com o Promotor que está no caso.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO – Dá para fazer uma audiência lá.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Dá para fazer. Podemos fazer, então, uma audiência e é importante a presença dos trabalhadores da direta, do conselho, da coordenadoria.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO – Sim...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu entendo que há uma questão de possível perseguição, mas tem de haver.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO – Acho que dá até para sugerir uma audiência com participação do MPT, também, do trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está bem. Perfeito, Sra. Flávia. Tenho total acordo. É bom que dá para envolver Vereadores de diversas comissões e este, então, fica sendo o último encaminhamento: uma audiência com o Ministério Público e com o Ministério Público do Trabalho. Estou vendo que aqui há trabalhadores que são da direta. Peço para irem e para chamarem os colegas, porque eu acho que é agora ou nunca, gente. Eu acho que não vai haver um momento pior do que você, do dia para a noite, perder o seu local de trabalho. Não vai chegar a pior do que isso. Então, eu acho que é importante que consigamos mobilizar todos os colegas. Vocês têm acordo?

Pessoal, seguimos essa luta. Muito obrigada aos Colegas. Todo mundo deixou o contato na listinha?

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a audiência.